tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 227 ■ Janeiro/fevereiro de 1988 ■ Cz$ 40,00

Luta dos negros: compromisso de todos

tempo e presença

Revista mensal do CEDI

Jan-fev 88

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente
Marco Antônio Piva

Jornalista Responsável
Marco Antônio Piva
Reg. Prof. nº 12.911

Secretário de Redação
Flávio Irala

Diagramador e Secretário Gráfico
João Francisco Esvael

Capa
Anita Slade

Fotolito
Rei Tom Arte&Fotolito

Impressão e Acabamento
Gráfica Pirâmide

Preço do exemplar avulso:
Cz$ 40,00

Assinatura anual:
Cz$ 350,00

Assinatura de apoio:
Cz$ 500,00

Que emprego será garantido pelo artigo que trata da questão na Constituinte e foi aprovado pela Comissão de Sistematização? Uma análise rápida revela a fragilidade dessa garantia. Primeiro, prevê o artigo que não haverá garantia no caso de contratos a termo, ou seja, por prazo determinado, o que abre uma brecha interessante para os empresários, sobretudo os da construção civil.

Segundo o mesmo artigo, tampouco terá garantia de emprego o trabalhador que sofra "fato econômico intransponível", expressão vaga que abrange todo fato econômico não sujeito ao controle da empresa (queda de vendas e falta de matérias-primas, componentes etc.). Como a queda de vendas, sobretudo em nossa época, é uma característica de todas as empresas — grandes ou pequenas — fica óbvio que a garantia de emprego é uma ficção. Em conseqüência deste artifício todos os trabalhadores na prática não gozarão de nenhuma garantia de emprego.

O fato tecnológico (robotização, automação, máquinas mais produtivas) constitui a terceira excessão. Se a automação reduzir a necessidade de mão-de-obra — como é a tendência das indústrias — os empregos serão cada vez menos garantidos.

Também não terão garantia os que trabalham em empresas com até dez empregados, o que significa uma proporção considerável no conjunto de assalariados brasileiros.

Por fim, é bom lembrar que só terá garantia de emprego quem tiver carteira de trabalho assinada. É mais do que sabido que há um enorme contingente de trabalhadores sem carteira assinada, que só tenderá a crescer se esta frágil garantia de emprego for aprovada pelo plenário da Constituinte. Os patrões certamente darão preferência a esse tipo de expediente ilegal que, além de não garantir o emprego, poupa-os dos encargos sociais (FGTS, INPS etc.).

Diante disso, só resta a conclusão de que o estardalhaço provocado pelos empresários e seus representantes no Congresso nos meios de comunicação pretende vender a imagem de que o poder econômico não está tão influente, como foi denunciado pelos setores progressistas. Quer também imputar a estes últimos um poder excessivo e caracterizá-los como uma minoria barulhenta que não respeita as reivindicações de uma suposta "maioria moderada".

Roberto Martins Campos
Niterói, RJ.

Recebi *Tempo e Presença* e *Aconteceu*. Obrigado. Enquanto falarem a verdade, gostarei e assinarei. É urgente um trabalho de esclarecimento, de um conhecimento da realidade mais de acordo com a ciência. Como conhecer a realidade para transformá-la? Eis a questão. O Cedi ajuda muito para que isso aconteça. Parabéns. Estamos com vocês.

Benjamin Bogr
Curitiba, PR

O trabalho que vocês vêm desenvolvendo é da maior importância e, sem dúvida, promove o avanço da igreja evangélica no Brasil. *Tempo e Presença* e *Aconteceu no Mundo Evangélico* desempenham, cada um, o papel de promover a reflexão e passar informações que raramente temos acesso.

Iracides Vieira
Goiânia, GO

Gostaria imensamente de agradecer o fato de ter recebido todas as edições de *Tempo e Presença* no ano passado. Como nos foi útil. Iniciamos agora o trabalho pastoral com mais quatro seminaristas que farão a experiência do propedêutico. A revista vai nos auxiliar nas reflexões. A edição de novembro de 1987 (*A difícil vida na cidade*) será luz para nossa realidade de periferia urbana e operária.

Edson Jorge Feltrin
Lages, SC

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz$	650,00
Volume 5 — Javari	Cz$	400,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz$	600,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz$	80,00
Trabalhadores rurais 1981	Cz$	80,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz$	80,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz$	80,00
Fiat 1981	Cz$	80,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz$	320,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz$	450,00
Povos indígenas no Brasil 85/86	Cz$	1.000,00

CADERNOS DO CEDI

Igrejas: desenvolvimento e participação popular	Cz$	110,00
Canavieiros em greve	Cz$	150,00
Educação popular: alfabetização e primeiras contas	Cz$	150,00
6ª Assembléia do CMI	Cz$	200,00
Deixai vir a mim os pequeninos	Cz$	110,00
Unidade e prática da fé	Cz$	300,00
Onze de abril: o dia da audácia	Cz$	300,00

Índice

Negro

4 AINDA UM PAÍS DE SENHORES E ESCRAVOS
Joel Rufino dos Santos

6 AS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO
Caetana Damasceno
Micênio Santos
Sonia Giacomini

8 ESTEREÓTIPOS RACIAIS: ALGUMAS INFLUÊNCIAS
Vera Figueira

10 DEMOCRACIA: A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO
Hédio Silva Junior

12 MERCADO DE TRABALHO: ESFORÇO MAIOR, SALÁRIO MENOR
Marcia Cruz Piva

14 CRIANÇA NEGRA: RETRATO SEM RETOQUES
Togo Yoruba

16 A EVANGELIZAÇÃO DOS NEGROS
Mauro Baptista

18 IGREJA, ESCRAVIDÃO E RACISMO
Antonio Olímpio Sant'Ana

21 MULHERES NEGRAS: UMA NOVA DIMENSÃO TEOLÓGICA
Marilia Schüller

23 O RACISMO NA LITERATURA RELIGIOSA
Marcos Rodrigues da Silva

Constituinte

25 O NEGRO NA CONSTITUINTE
Benedita da Silva

América Latina

27 COLÔMBIA: SINAL FECHADO PARA A VIDA
Manuel Gutiérrez

Rubem Alves

28 INAUGURAR OBRAS, CONSTRUIR POVOS

Anote

30 DIREITOS HUMANOS AGORA
MASSACRE NO GARIMPO
CENTRÃO: QUE MAIORIA É ESSA?

31 YANOMAMI: ALERTA CONTRA O GENOCÍDIO
NICARÁGUA: SOLIDARIEDADE BRASILEIRA

Bíblia hoje

32 ESCRAVIDÃO NA BÍBLIA
Milton Schwantes

Livros

31 O ISLÃ COMANDA A INSSURREIÇÃO
Edson Silva

IGREJA E ESCRAVIDÃO NO CARIBE

Última página

RIR DE MORRER
Rubem Alves

Democracia e justiça: lutas do povo negro

Diversas comemorações estão sendo programadas, no Brasil, para o ano de 1988, com referência ao centenário da chamada libertação da escravatura do povo negro. Cremos que mais do que ênfases em festividades deveríamos ter fortes momentos de reflexão e avaliação do que realmente foi construído, nesse século, em favor da justiça e da liberdade dos negros. Também verificar criticamente as causas políticas e econômicas que levaram o país, no século passado, a decretar as nomeadas leis abolicionistas.

Não podemos camuflar a situação atual ressaltando apenas a extraordinária contribuição do negro à cultura brasileira, com sua música, sua comida, sua religião e sua beleza. Nem destacar, simplesmente, o seu heróico trabalho na construção da economia do nosso país. Aliás, os grupos dominantes já estão usando os meios massivos de comunicação para mostrar que a escravidão acabou, que a discriminação racial é invenção de uma minoria de inconformados e que vivemos num ambiente de plena paz e fraternidade. Felizmente, grande parte da nossa sociedade não é tão ingênua a ponto de se deixar iludir por essa bem urdida propaganda.

Temos que enfrentar a situação como realmente se apresenta — com toda a sua perversidade e cinismo. Depois de cem anos constata-se que a discriminação continua, que estereótipos existem e que o povo negro ainda vive em situação de opressão e sofrimento. Que a democracia racial é uma mentira e que a libertação do negro ainda não aconteceu. As últimas pesquisas estão indicando que há muito caminho a percorrer e que causas profundas e estruturais precisam ser derrubadas para a construção de relações mais justas entre as pessoas.

Certamente há indícios positivos, nesses últimos anos, a serem constatados. Os movimentos negros surgem e se fortalecem em todos os cantos do país. Representam novo momento na luta contra o racismo. Indicam tomada de consciência de que eles mesmos serão os sujeitos principais da sua real libertação. Poderá haver divergências entre esses movimentos, mas há um elemento de unidade forte que ultrapassa as diferenças porventura existentes — a determinação de que essa discriminação, disfarçada ou aparente, contra os homens e mulheres negros, tem que acabar. Chegou a hora decisiva do basta.

Outros elementos de esperança afloram quando muitos segmentos sociais passam a compreender que essa luta pertence a todos. Impossível falar em democracia, em participação popular, sem enfrentar, com ousadia e coragem, a luta contra o racismo. Ela tem fundamentos muito sérios e inquestionáveis, tanto no campo da ética e da política, como da teologia. Exige comprometimento de todos aqueles que optaram pela justiça, paz e liberdade.

Também as igrejas estão se envolvendo com essa luta. Infelizmente, com muita timidez e atraso, em alguns setores. O Conselho Mundial de Igrejas, quando corajosamente colocou como elemento forte o seu Programa de Combate ao Racismo, encontrou muitas resistências e reações. Foi uma batalha árdua para manter a integridade da sua proposta. A preparação da Campanha da Fraternidade de 1988, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, mostrou como ainda há fortes resistências em se enfrentar a cruel verdade do racismo em nossa sociedade, inclusive nas nossas igrejas. É tempo de auto crítica, de penitência dolorosa e necessária, de reconhecimento de que, durante anos, segmentos importantes das igrejas estiveram legitimando e praticando atitudes segregacionistas, absolutamente contrárias ao espírito do evangelho.

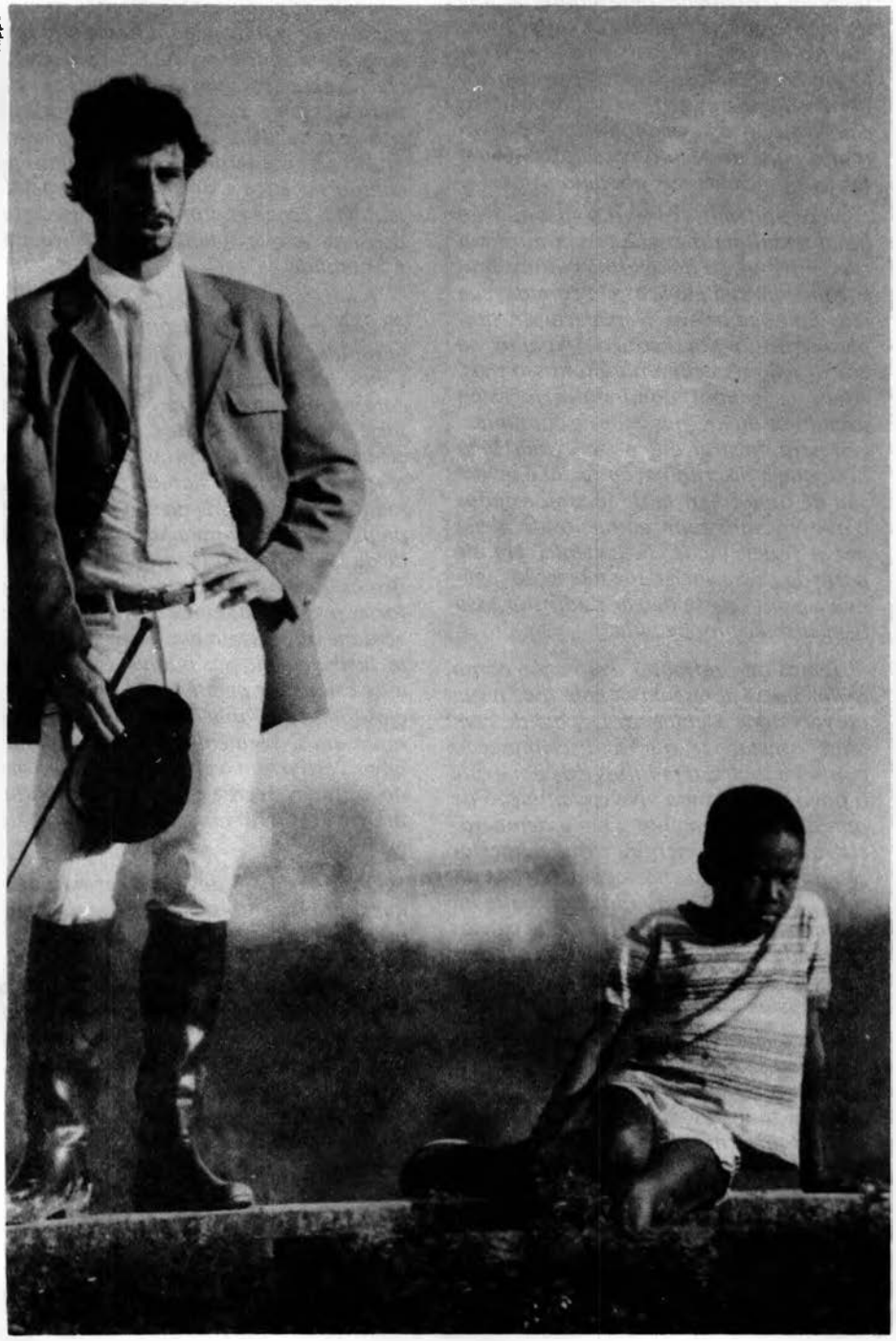
O ano de 1988 deve marcar não apenas um momento de confissão do comprometimento passivo ou ativo da maioria da sociedade brasileira com uma estrutura racista e discriminatória, mas a oportunidade especial de demonstração, através de atos decisivos e concretos, de que estamos dispostos a quebrar esses muros de separação que alimentamos e construímos nesses séculos. Sem isso não poderá haver paz, nem democracia. Este número de Tempo e Presença *é apenas mais um sinal e uma contribuição para que a luta se fortaleça, ecumenicamente, e que todos vislumbrem que as atitudes racistas, discriminatórias e opressoras já estão derrotadas. Breve vamos celebrar, todos juntos, mais essa vitória.*

100 ANOS DE ABOLIÇÃO

Ainda um país de senhores e escravos

Joel Rufino dos Santos

João Roberto Ripper



Muita gente pensa que não há nada a comemorar neste centenário da Abolição. Tem razão: em diversos aspectos a situação econômica e social do povo brasileiro é pior do que no tempo da escravidão. Há também muitas semelhanças entre as elites escravocratas do passado e as burguesas de hoje — aí compreendidos os intelectuais e líderes políticos ditos progressistas. Cem anos passados da assinatura da Lei Áurea, continuamos, essencialmente, um país de senhores e escravos.

Se os meios de comunicação, por exemplo, junto com os votos de Axé, divulgassem os textos das *leis abolicionistas*, a opinião pública ficaria estarrecida com sua inocuidade e hipocrisia — só comparáveis a alguns preceitos do projeto de constituição atual.

Foram necessárias duas leis para abolir o tráfico negreiro: a de 1831 e a de 1850 (dita Eusébio de Queiróz). A primeira "não pegou" e, como acontece ainda hoje com tantas leis brasileiras, se alguém acenasse com ela diante dos traficantes e dos compradores, seria objeto de chacota. Durante a vigência da lei de 1831 foi que o tráfico de africanos para o Brasil mais cresceu, chegando a entrar num só ano 50 mil — para a lavoura do café e as atividades urbanas em crescimento.

A de 1850 "pegou": os compradores tiveram que se contentar, desde então, com escravos comprados aqui mesmo. Por quê? Primeiro, a Marinha britânica nos encostara à parede: o tráfico ou a guerra. Segundo, o tráfico negreiro descapitalizava o país: vinham os negros, iam-se as divisas. E, enfim, como as compras eram feitas geralmente a crédito, o fazendeiro dando como garantia a hipoteca da terra, muitas fazendas acabavam mudando de mãos — dos "legítimos proprietários" para as dos traficantes, quase sempre estrangeiros.

A terceira lei abolicionista é de 1871, dita do Ventre Livre. A guerra de agressão contra o Paraguai recém acabara e sucediam-se os conflitos entre ex-soldados pretos (a

quem se prometera liberdade) e seus donos, com interferência da Guarda Nacional e, por vezes, do Exército. O Imperador, além disso, vinha recebendo apelos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Autorizou o gabinete Rio Branco a negociar no Parlamento uma lei que libertasse os filhos de escravos.

A Lei do Ventre Livre passou por 61 votos a 35. O governo foi taxado de irresponsável, demagógico e convenista. Pobre D. Pedro! No entanto, qualquer um perceberia a farsa:

"Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871:

Art. 1º — Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600 mil, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos" etc, etc.

A quarta lei abolicionista foi a de 1885, a Saraiva-Cotegipe, mais conhecida como Lei dos Sexagenários. Mandava, entre outras coisas, libertar os escravos que completassem sessenta anos de idade, na verdade 65 anos, pois deviam servir mais cinco de graça como compensação — uma curiosa espécie de indenização — a seus donos.

Movimento abolicionista

Se a Lei do Ventre Livre iludiu alguns ingênuos, esta dos Sexagenários desmoralizou completamente a elite governante: se dependesse dela a escravidão se reforçaria ao invés de acabar. Em conseqüência, o movimento abolicionista, que existia organizadamente desde 1879, redobrou de intensidade. A Confederação Abolicionista, presidida por Luís Gama, com sede no mesmo prédio do Centro Operário Italiano, em São Paulo, trabalhou incansavelmente por tornar nacional a campanha.

A grosso modo, a liderança abolicionista — jornalistas, estudantes, operários, políticos de oposição, alguns comerciantes, industriais e até fazendeiros — se dividia em dois grupos: o grupo moderado, cuja tática era a conscientização dos escravocratas para deixarem de sê-lo; e o radical, que trabalhava pela organização dos próprios escravos, acreditando que só a entrada deles na luta derrotaria o escravismo. A partir de 1885, a preponderância deste grupo radical, dentro do movimento abolicionista, foi encurralando os escravocratas do Parlamento e do governo. A própria solidariedade interna da classe dominante — formada por senhores de terras e de escravos — se rompeu: os mais lúcidos e prósperos, que operavam preferencialmente com mão-de-obra assalariada, desistiram da escravidão; os mais tacanhos e estagnados ficaram isolados.

É dentro deste quadro que se pode compreender a Abolição. O 13 de Maio foi uma solução encontrada pela classe dirigente de então para um duplo problema: o desgaste econômico da escravidão e a pressão do movimento abolicionista radical. Cuidado, porém, para não simplificar: o trabalho escravo, em si, não dava prejuízo, nunca deu — ele só era *menos rentável*, uma vez que se podia também obter lucro ou mais-valia, pelo pagamento de salários. Quando falamos em *desgaste econômico* da escravidão estamos falando do pequeno lucro do trabalho escravo *mais* o gasto enorme com a manutenção do sistema, e que incluía gastos com a repressão e reposição dos escravos fugidos — sobretudo a partir de 1885, quando a campanha se radicalizou. Em suma: o trabalho escravo continuava lucrativo; o sistema escravista é que ficara inviável.

Talvez exatamente por isso a Lei Áurea seja tão seca: "Art. 1º — É declarada extinta a escravidão no Brasil."

"Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário."

Joel Rufino dos Santos, historiador, é secretário geral do Memorial Zumbi. Publicou diversos livros didáticos e paradidáticos de História do Brasil. Escreveu ainda *O que é racismo* (Brasiliense) e *Constituições de ontem — Constituinte de hoje* (Ática).

João Roberto Ripper

As organizações do movimento negro

O "Programa Religião e Negritude Brasileira" do Instituto de Estudos da Religião (Iser) realizou um levantamento das organizações que atuam, das mais diferentes formas, na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil. Como resultado dessa pesquisa, foi organizado o *Catálogo de Entidades do Movimento Negro*, para facilitar o intercâmbio entre os grupos. Neste artigo constam alguns dos aspectos mais relevantes em matéria de organização e diversidade do conjunto de entidades reunidas no catálogo.

Agência Estado

Caetana Damasceno, Micênio Santos e Sonia Giacomini

As entidades/grupos de movimento negro estão presentes em praticamente todo o território nacional. Essa presença está longe de configurar uma distribuição homogênea. Com efeito, quatro estados reúnem a maioria das entidades/grupos negros no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. A maior concentração está em São Paulo e Rio de Janeiro. Isto pode ser entendido pelas características próprias desses dois estados em relação aos movimentos sociais em geral. Eles apresentam, em comparação aos outros estados brasileiros, tanto um espectro mais amplo de movimentos sociais, quanto uma intensidade maior de organização.

Bahia e Minas Gerais, por sua vez, contam com uma população negra muito significativa. Isso, por si só, não tem caráter explicativo da existência de grande número de entidades/grupos negros. Agregado a esse fato, entretanto, pode-se notar que particularmente a Bahia é representada, a nível nacional e em termos culturais e religiosos afro-brasileiros, nada menos que como *foyer* da "negritude" no Brasil. Isso é válido não somente em relação às entidades/grupos de movimento negro, mas à sociedade brasileira em geral. A esse respeito, é importante observar, por um lado, que os grupos de negros de vários estados, sobretudo aqueles com forte ênfase cultural no campo religioso afro-brasileiro, têm na Bahia uma referência obrigatória. Por outro lado, as entidades/grupos nos estados sulinos apontam na massiva colonização européia uma correlação populacional étnica desfavorável para o movimento negro. Isso explica/justifica, segundo eles, uma dificuldade comparativamente maior do que na Bahia para o movimento negro em Santa Catarina e no Paraná.

A distribuição e concentração de grupos negros nos diferentes estados brasileiros é, portanto, significativa. Cabe salientar, no entanto, que um grande número de organizações e grupos num mesmo estado não indica necessariamente um movimento ne-

gro mais estruturado ou atuante. O inverso também pode ser verdadeiro: pode ser revelador de sua fraqueza ou esfacelamento.

O universo obtido no *Catálogo das Entidades de Movimento Negro* tem como marca uma grande mobilidade. Esse dado aponta para a necessidade de constante atualização e, ao mesmo tempo, para algumas das características básicas das entidades no que diz respeito ao âmbito de atuação, às atividades e às vinculações.

Distribuição das entidades/grupos nos estados brasileiros, segundo o *Catálogo das Entidades do Movimento Negro*.

O âmbito de atuações

A atuação das entidades/grupos ocorre majoritariamente a nível local nos bairros de uma mesma cidade ou um município. A nível regional envolve centros urbanos, periferia ou um conjunto de cidades próximas. Há também organizações que se pretendem nacionais. Entre elas incluem-se, necessariamente, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Grupo União e Consciência Negra, organizados, desde sua fundação, em núcleos espalhados em diversos estados. Ainda dentre os grupos que declaram ter uma atuação em âmbito nacional, alguns conjugam uma atuação também internacional.

Uma característica desses grupos/entidades é uma concentração em capitais e suas periferias. Percebe-se que a maior incidência em capitais não se expressa somente a nível de localização, mas também quanto ao âmbito de atuação dos grupos. Nesse sentido as entidades/grupos têm uma característica acentuadamente urbana, concentrando-se em grandes cidades. É significativo portanto, que duas grandes metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, reúnam a grande maioria de organização de movimento negro.

As atividades

Os grupos/entidades de movimento negro desenvolvem um conjunto de atividades com especial destaque no campo da cultura e da política. As atividades podem ser agrupadas em três categorias distintas: a) atividades de formação e propaganda; b) atividades econômicas e assistenciais; c) atividades de mídia e comunicação.

A forte tematização da "cultura negra" remete, sem dúvida, à construção de uma identidade racial positiva. Nesse sentido, é através da cultura que se procura forjar uma identidade negra, apresentando a cultura, no caso, uma função essencialmente política.

A questão da construção/afirmação de identidade negra, que caracteriza o grosso das atividades, constitui o eixo que as direciona política e ideologicamente. Esse eixo geral é o de combate e denúncia do racismo/discriminação (que passa pela valorização/vivificação de valores religiosos/culturais negros e pela revisão da história), ou seja, pelo combate a fenômenos que, entretanto, não estão circunscritos ou delimitados local ou espacialmente, mas que perpassam e se atualizam no conjunto do país e das relações sociais.

Os vínculos

A maioria dos grupos/entidades apontam vários vínculos institucionais formais e informais. Os tipos de vinculação podem ser classificados em ordem crescente: em primeiro lugar, das entidades de movimento negro entre si; em segundo, com grupos religiosos; depois com universidades e, finalmente, com o Estado. Esta seqüência pode ser lida através de um *continuum*, cujos extremos sinalizam tanto um maior número de ligações com estruturas menos formalizadas, quanto uma distância relativa do Estado.

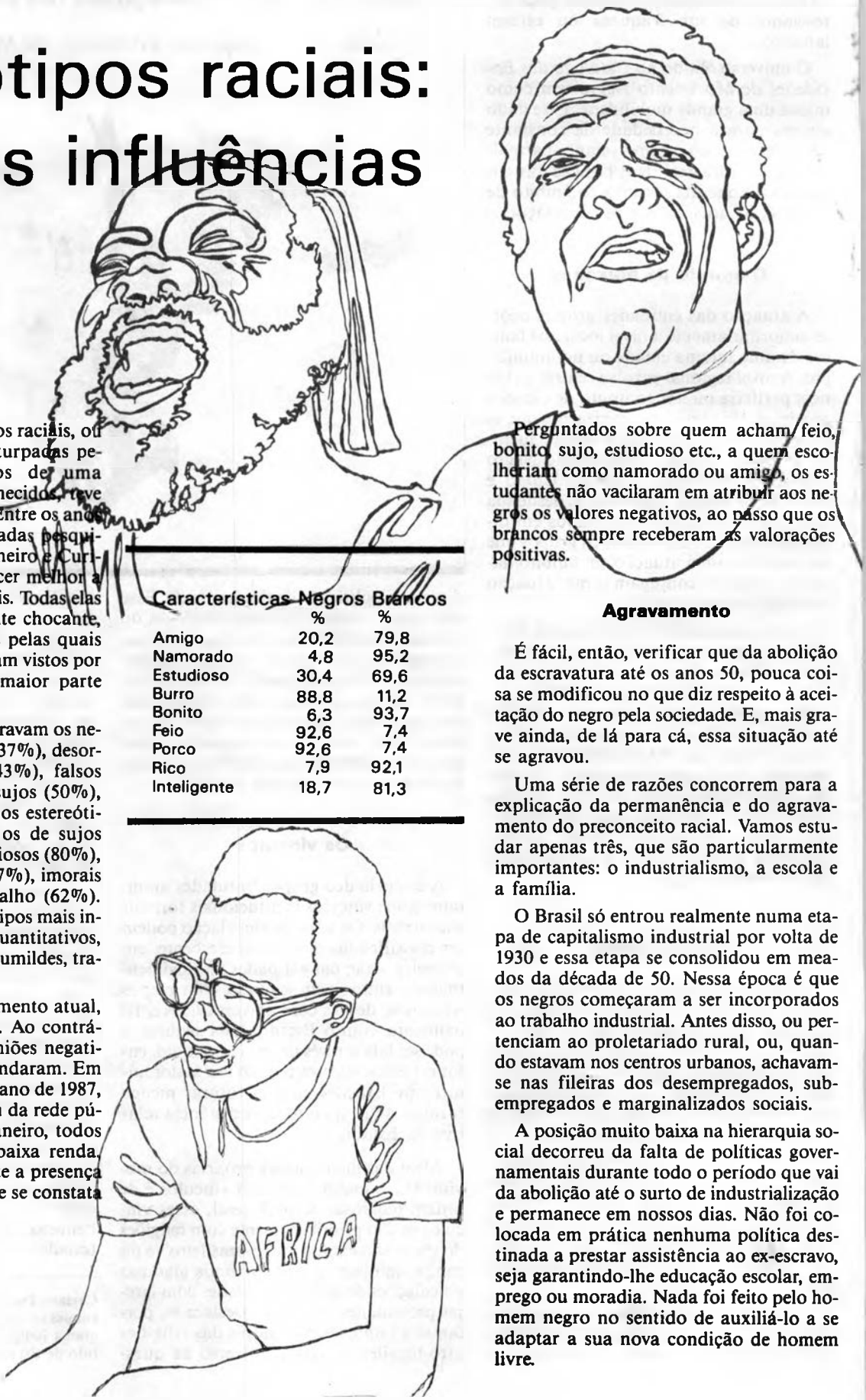
Além das interligações próprias do movimento, a maior parte dos vínculos é de ordem religiosa. A nível geral, esses vínculos se dão prioritariamente com religiões do chamado campo "afro-brasileiro" e do campo católico, ocorrendo ainda algumas vinculações de grupos/entidades com igrejas protestantes históricas. Destaca-se, portanto, a importância relativa das religiões afro-brasileiras para o universo da questão. E, no interior desse campo religioso, fica evidenciada a primazia do candomblé. Com efeito, as religiões afro-brasileiras e, em especial, os "candomblés de nação", têm uma significação especial no campo cultural, na medida em que, de modo geral, os grupos/entidades as tomam como religiões tradicionais dos negros cuja valorização/legitimação é associada àquela do negro brasileiro. Boa parte dessas vinculações são, contudo, pouco institucionalizadas em virtude mesmo do caráter pouco institucionalizado e/ou burocratizado do campo religioso afro-brasileiro.

As entidades/grupos possuem também, em alguns casos, vinculações institucionais com o Estado através de universidades, sindicatos, partidos políticos e órgãos governamentais.

O que foi tratado aponta inúmeras questões. Descontinuidades, fortalecimentos e ambigüidades. Mas também um espoucar de possibilidades entre as quais a emergência de novas formas de envolvimento a partir de outros pontos: a Campanha da Fraternidade da CNBB, os diversos encontros da "Tradição dos Orixás", a criação/fortalecimento de espaços políticos no âmbito do Estado, dos partidos, dos sindicatos e um reforço nas atividades acadêmicas. Tudo isso tendo como fator detonador os cem anos de Abolição.

Caetana Damasceno, Micênio Santos e Sonia Giacomini são antropólogos e pesquisadores do "Programa Religião e Negritude Brasileira" do Instituto de Estudos da Religião (Iser).

Estereótipos raciais: algumas influências



Vera Figueira

O estudo dos estereótipos raciais, ou seja, das imagens deturpadas pelas quais elementos de uma determinada raça são reconhecidos, teve pouca penetração no Brasil. Entre os anos de 1951 e 1955, foram realizadas pesquisas nas cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, que objetivavam conhecer melhor a questão dos estereótipos raciais. Todas elas revelaram um quadro bastante chocante, no que se refere às maneiras pelas quais os negros (pretos e pardos) eram vistos por estudantes secundaristas, a maior parte brancos.

Na cidade de Curitiba encaravam os negros como sendo malandros (37%), desordeiros (41%), cachaceiros (43%), falsos (35,5%), ignorantes (51%), sujos (50%), feios (50%). Em São Paulo, os estereótipos mais apontados foram os de sujos (91%), feios (87%), supersticiosos (80%), sem previdência financeira (77%), imorais (76%), inconstantes no trabalho (62%). No Rio de Janeiro, os estereótipos mais indicados, embora sem dados quantitativos, foram os de burros, brigões, humildes, trabalhadores e incansáveis.

Da década de 50 até o momento atual, a situação não se modificou. Ao contrário, em alguns casos, as opiniões negativas sobre os negros se aprofundaram. Em levantamento feito durante o ano de 1987, junto a estudantes de 1º grau da rede pública na cidade do Rio de Janeiro, todos filhos de trabalhadores de baixa renda, pôde-se constatar nitidamente a presença do preconceito racial. É o que se constata no quadro seguinte:

Características	Negros %	Brancos %
Amigo	20,2	79,8
Namorado	4,8	95,2
Estudioso	30,4	69,6
Burro	88,8	11,2
Bonito	6,3	93,7
Feio	92,6	7,4
Porco	92,6	7,4
Rico	7,9	92,1
Inteligente	18,7	81,3

Perguntados sobre quem acham feio, bonito, sujo, estudioso etc., a quem escolheriam como namorado ou amigo, os estudantes não vacilaram em atribuir aos negros os valores negativos, ao passo que os brancos sempre receberam as valorações positivas.

Agravamento

É fácil, então, verificar que da abolição da escravatura até os anos 50, pouca coisa se modificou no que diz respeito à aceitação do negro pela sociedade. E, mais grave ainda, de lá para cá, essa situação até se agravou.

Uma série de razões concorrem para a explicação da permanência e do agravamento do preconceito racial. Vamos estudar apenas três, que são particularmente importantes: o industrialismo, a escola e a família.

O Brasil só entrou realmente numa etapa de capitalismo industrial por volta de 1930 e essa etapa se consolidou em meados da década de 50. Nessa época é que os negros começaram a ser incorporados ao trabalho industrial. Antes disso, ou pertenciam ao proletariado rural, ou, quando estavam nos centros urbanos, achavam-se nas fileiras dos desempregados, subempregados e marginalizados sociais.

A posição muito baixa na hierarquia social decorreu da falta de políticas governamentais durante todo o período que vai da abolição até o surto de industrialização e permanece em nossos dias. Não foi colocada em prática nenhuma política destinada a prestar assistência ao ex-escravo, seja garantindo-lhe educação escolar, emprego ou moradia. Nada foi feito pelo homem negro no sentido de auxiliá-lo a se adaptar a sua nova condição de homem livre.

De qualquer modo, pela própria necessidade do capitalismo industrial que se expandia, os negros foram gradativamente incorporados ao proletariado urbano, fabril. Sabemos, no entanto, que a expansão do parque industrial não se deu e não se dá sem problemas. Cabe, então, perguntar o que acontece numa situação de crise econômica, tal qual a que se enfrenta no Brasil desde os anos 70 e que perdura até hoje.

O capitalismo industrial é sempre competitivo e individualista. Portanto, se há aumento das oportunidades de trabalho diminuem as tensões sociais, das quais o preconceito é parte. Ao contrário, se o mercado de trabalho se contrai, faz-se necessário reavivar mecanismos que tornem a competição desigual entre os próprios trabalhadores brancos e negros. Assim, o preconceito racial reaparece ou se revigora como forma de justificar e garantir a melhor colocação do branco, como forma de assegurar ao branco sua posição no mercado de trabalho.

Sendo assim, pode-se afirmar que a crise do capitalismo industrial enfrentada pelo Brasil é um dos fatores que explica *o agravamento* das tensões raciais, tal qual verificamos no quadro.

Escola e família: fatores de racismo?

Mas, que fatores explicam a sua *permanência* cem anos depois de abolida a escravidão? É aí que entra o papel da família e da escola.

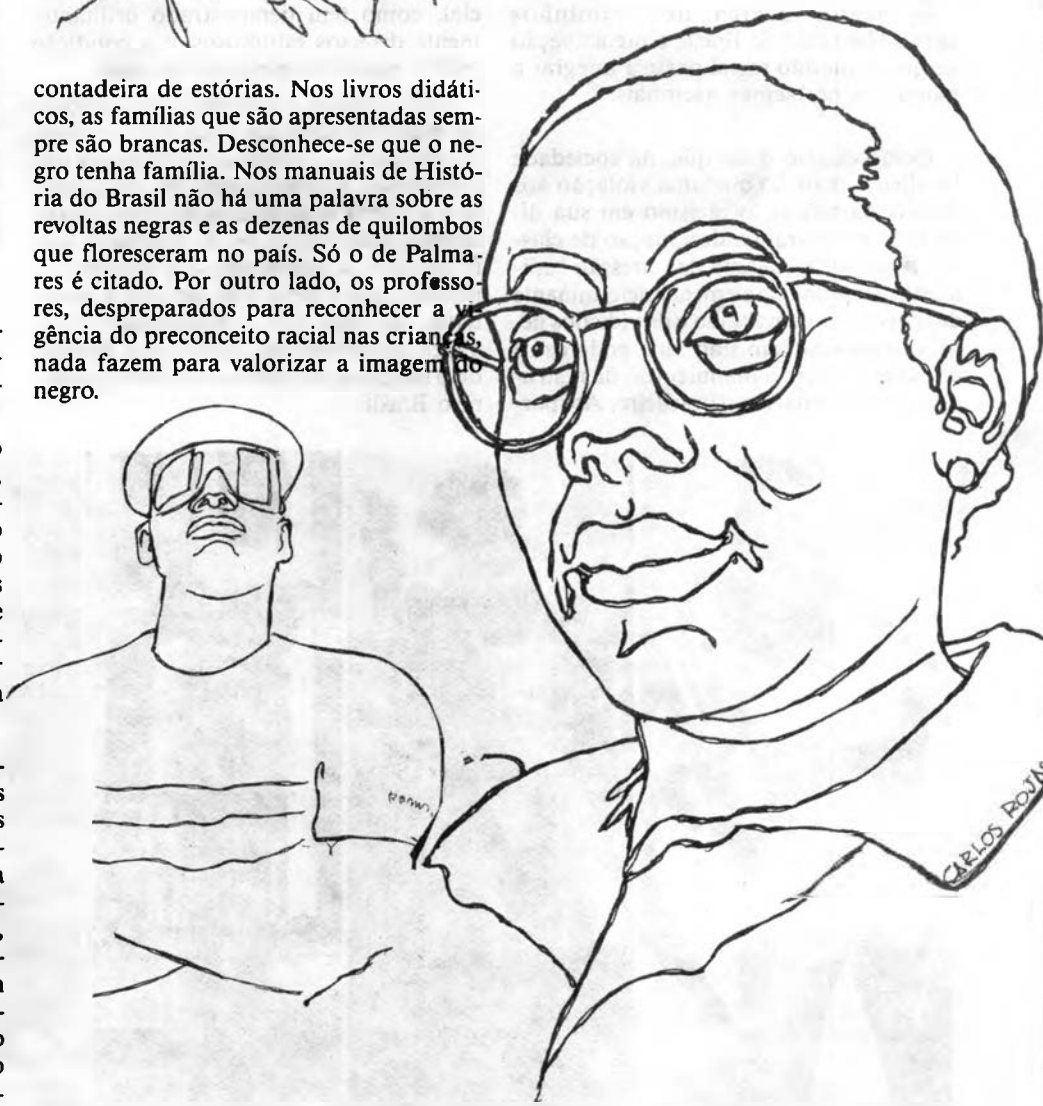
Sabemos que a família e a escola são agentes de socialização primária, ou seja, são instituições que atuam de modo constante, sistemático e cotidiano na formação de opiniões da criança. Mais afastados do convívio com outros grupos sociais, as crianças e adolescentes são decisivamente influenciados pelos ensinamentos recebidos da família e da escola, que acabam por perpetuar a veiculação da ideologia dominante.

Em recentes pesquisas feitas sobre o material didático utilizado em escolas verificou-se que, por exemplo, os livros adotados são extremamente preconceituosos. Neles não aparece, nas ilustrações, a figura do negro, e quando aparece, é sempre representado em posições subalternas, tais como a de empregado doméstico, servente etc. Os textos também reproduzem a mesma orientação ou, até mesmo, desconhecem a existência do negro. Assim, o negro é citado no passado, como se não existissem negros no Brasil de hoje. É representado como o escravo, a preta velha, contadeira de estórias. Nos livros didáticos, as famílias que são apresentadas sempre são brancas. Desconhece-se que o negro tenha família. Nos manuais de História do Brasil não há uma palavra sobre as revoltas negras e as dezenas de quilombos que floresceram no país. Só o de Palmares é citado. Por outro lado, os professores, despreparados para reconhecer a vigência do preconceito racial nas crianças, nada fazem para valorizar a imagem do negro.

É fácil concluir que, numa situação como essa, em que o material didático e o professorado não contribuem para modificar a imagem negativa atribuída ao negro, a tendência da criança (branca ou negra) seja a de também ser preconceituosa. O quadro demonstra bem essa situação.

Em resumo, pode-se dizer que a escola e a família atuam como instrumentos de *permanência* do preconceito racial, ao passo que a situação econômica do país, de expansão ou crise, contribui para a *atenuação ou agravamento* do preconceito racial.

Vera Figueira é socióloga e pesquisadora da discriminação racial no Brasil.



Democracia: a contribuição do movimento negro

Hédio Silva Junior

Tem sido crescente nos debates travados por militantes e intelectuais negros acerca dos caminhos para a libertação do Brasil, a preocupação de que a questão racial passe a integrar a pauta dos problemas nacionais.

Desnecessário dizer que, na sociedade brasileira, mais do que uma violação aos direitos humanos, o racismo em sua dimensão estrutural na dominação de classe é a melhor expressão da opressão capitalista. Mais do que elemento determinante das condições de trabalho e de vida dos negros, o racismo tem sido uma poderosa e eficaz arma para a manutenção das estruturas do autoritarismo brasileiro. Até porque em uma sociedade pluriracial como a nossa, a preservação da discriminação racial, como têm demonstrado brilhantemente diversos estudiosos, é a condição básica para a dominação de classe.

Neste sentido, compreende-se o esforço do militante negro que para gestar a revolta, analise a sociedade primeiramente por um aspecto, e num segundo momento passe a articular suas lutas específicas com as demais lutas populares. A superação deste aspecto da sociedade — o racismo — pela análise, a partir dele, de toda a sociedade, faz com que o movimento negro aguçe sua percepção a propósito de qual deve ser o projeto político de libertação para o Brasil.

Assim, o sentido de liberdade do negro passa por reivindicações revolucionárias decorrentes da análise precisa de uma situação de opressão, na exata medida em que passa pela reivindicação de sua particularidade étnica e cultural, afirmando-a, valorizando-a e identificando-se a partir dela. E obviamente que um projeto de libertação que não reflita esta realidade, para nós negros, terá a credibilidade de um sofisma, para dizer o mínimo.

Os mitos

Pode-se afirmar que os setores conseqüentes do movimento negro comba-

João Roberto Ripper Lourdes Maria Grzybowski

tem fundamentalmente dois grandes mitos. O primeiro, como todos sabemos, mas nem sempre admitimos, projeta a imagem do Brasil como um enorme paraíso racial, onde negros e brancos coexistem na mais perfeita harmonia, desfrutando de iguais condições de tratamento, de trabalho e de vida. O segundo mito, derivado do primeiro, é o de que a socialização dos meios de produção é a santa panacéia que automaticamente dará cabo de todos os ranços discriminatórios secularmente inculcados na população.

Não fosse trágico, seria cômico constatar que embora o primeiro seja de interesse das classes dominantes, e o segundo seja creditado àqueles que combatem a dominação, ambos convergem para um mesmo ponto: o etnocentrismo.

Entre os valores do primeiro, destaca-se a farsa da supremacia racial branca e sua ideologia do branqueamento, que esmagam a identidade negra, desmobilizam os negros e evitam áreas potenciais de conflito social.

Quanto aos valores do segundo mito, importa assinalar que concebe a classe trabalhadora como uma massa homogênea composta de homens brancos, e que, portanto, em sua totalidade, recebe um tratamento uniformizado por parte do capital.

Vale registrar que, neste particular, o movimento negro vem contribuindo para que o movimento sindical rompa seu silêncio histórico e passe a discutir a questão racial que atinge pelo menos 40,2% da força de trabalho do país, na perspectiva de unir os trabalhadores e dar maior legitimidade à idéia de solidariedade de classe, tendo em vista que quem divide os trabalhadores é o racismo.

Ao mesmo tempo em que trabalha para destruir o mito da democracia racial, o movimento negro tem atuado no sentido de que, para além de discursos bem intencionados, os partidos políticos de esquerda passem a ter uma prática política que considere a eliminação do racismo como parte da luta política pela democracia e pelo socialismo. Até porque, entendemos que a eliminação do mito da democracia racial passa pela eliminação dos produtos de sua influência. Este esforço deve-se ao fato de que não há possibilidade de se eliminar o racismo nos marcos da ordem social vigente. Isto é, enquanto houver exploração, haverá segregação e discriminação racial.

Racismo x Libertação

Ao fazer esta leitura da relação entre luta de classe e luta anti-racismo, ilustrada inclusive pela experiência de alguns países socialistas, o movimento negro concebe o processo político de libertação combinando ambas as lutas, evitando excluir uma de outra ou reduzir uma a outra. É ainda com base neste entendimento, que projetamos a idéia de democracia, e, antes, a idéia do processo de construção da democracia que reflita alternativas que assegurem, de fato, os direitos de todas as pessoas.

Assim, presume-se que sua construção não pode limitar-se — em se tratando do objeto deste artigo — ao sentido e à dimensão de igualdade e de liberdade de uma única etnia. Esta, nos parece, deve ser a base do diálogo entre o movimento negro e os demais setores que constróem a democracia.

Herança de luta

Uma consideração a ser necessariamente contemplada neste diálogo é a secular luta dos negros pela materialização de valores fundamentais, tais como a igualdade, a liberdade, o socialismo, enfim a democracia. Não se pode ignorar o fato de que, séculos antes da chegada dos imigrantes, o Brasil já era palco de lutas incessantes que visavam garantir a realização da dignidade humana. Vale a pena citar aqui o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão que, ao comentar as contribuições dadas pelo negro à cultura nacional, destaca acertadamente o legado de resistência à opressão.

Finalizando, poderíamos ter respondido à questão que nos foi colocada, delineando diversas contribuições que o movimento negro, ao desnudar o caráter reacionário do racismo em seus inúmeros tipos de manifestações, oferece à construção da democracia no Brasil.

No entanto, optamos por levantar e problematizar alguns aspectos relativos ao sentido de liberdade na ótica negra, pois entendemos que a maior contribuição do movimento negro ao triunfo das lutas dos trabalhadores é fazer com que haja um projeto político de libertação preso à realidade nacional. Sem o que, a ação política, ainda que não deixe de ser um ato de liberdade, jamais materializará a liberdade no sentido mais profundo que esta palavra encerra.

Hédio Silva Junior é coordenador da Comissão do Centenário da Lei Áurea do Partido dos Trabalhadores (PT).

MERCADO DE TRABALHO

Esforço maior, salário menor

Nestor Alves

Marcia Cruz Piva

Ano novo, vida nova!? O ditado é popular e, finalizado 1987, ano economicamente crítico para os brasileiros, as esperanças se renovam. Mas, será que para os negros, que formam 47% da população brasileira, a situação vai melhorar em 1988? Será que para a população negra, que durante longos anos trabalhou sem cessar, nos canaviais, na mineração e na casa-grande, ora sob o sol ardente, ora sob o ardente chicote, o ano novo trará perspectivas melhores?

Na realidade, o lugar social ocupado pela maioria da população negra mostra que a lei assinada no dia 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel, beneficiou muito mais aos senhores de escravos do que aos próprios negros. Para milhares de escravos, a abolição significou marginalização e discriminação. Desde que a estrutura econômica-social no Brasil, durante a segunda metade do século 19, modifica-se devido à expansão da produção mercantil, as atividades econômicas agrícolas perdem força. Octávio Ianni lembra: "A partir desse momento, a coexistência entre a mercadoria e o escravo se torna cada vez mais difícil. Tornam-se incompatíveis". (*Raças e classes sociais no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 16). É nesse contexto, onde as contradições econômicas e sociais começam a se acirrar, que entendemos a abolição da escravatura.

A abolição legou aos negros, analfabetos e profissionalmente desqualificados, as piores posições no mercado de trabalho. "A abolição (1888) e a imigração (1891 — a grande naturalização) resultaram da instalação e, ao mesmo tempo, do remanejamento do mercado de trabalho. Por isso, quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar; "são eles que contribuirão, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva que vegetará no Rio de Ja-

neiro, São Paulo, Porto Alegre e outros núcleos dominantes". (*Ibidem*, p. 17)

Da escravidão à subserviência

Em determinadas ocasiões, a situação do negro no mercado de trabalho é tão evidente que dispensa comentários. A agência de empregos Prenda, na avenida Domingos de Morais com a rua Borges Lagoa, na Vila Mariana, São Paulo, firma especializada na colocação de empregadas domésticas, babás, lavadeiras, cozinheiras e arrumadeiras, usa, como ilustração, a figura de uma mulher negra, uniformizada e com uma bandeja de café na mão. À primeira vista, muitos poderão perguntar qual a relação entre uma coisa e outra. Porém, a medida que nos deparamos, diariamente, nas novelas com a presença das mulheres negras como empregadas domésticas ou os negros como motoristas, concluímos que a população negra, apesar dos cem anos da abolição, mantém a *pole position* entre os que ganham pouco, têm oportunidades menores de instrução e ascensão social.

Dados estatísticos mostram que um chefe de família negro recebe 116% a menos que o chefe de família branco; tem uma jornada de trabalho 44,1% superior e, mesmo com curso universitário, o negro recebe apenas 50% do salário recebido pelo branco na mesma função (*O negro no mercado de trabalho*, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, 1986). Somado a isso, para cada empregado negro há cinco pardos e oito brancos; nos autônomos, para cada negro existem sete pardos e oito brancos. Quanto aos patrões, para cada empregador negro há dezesseis pardos e 79 brancos (*Retrato do Brasil*, volume 1, 1985, p. 56).

Discriminação à brasileira

Como na agência de empregos, muitos ditados populares distorcem a realidade vivida pelo negro no que se refere ao trabalho. A expressão "segunda feira é dia de branco" mostra que muitos ainda pensam que o negro não trabalha, preferindo somente o samba e a cerveja.

Gilberto Gil, na música *A mão da limpeza*, faz um retrato muito claro da condição do negro no mercado de trabalho. Diz a letra que "mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a mão de quem faz a limpeza, lavando a roupa encardida, esfregando o chão. Negra é a mão da pureza, negra é a vida consumida ao pé do fogão. Negra é a mão nos preparando a mesa, limpando as manchas do mundo com água e sabão. Negra é a mão da imaculada nobreza".

Depois de realizar várias pesquisas junto aos profissionais da área de Recursos Humanos, o Grupo de Orientação e Interferência em Situações de Discriminação Racial no Mercado de Trabalho (GOISDRT), ligado à Secretaria de Relações de Trabalho de São Paulo, concluiu que a discriminação passa subliminarmente na questão do trabalho. Segundo os técnicos do grupo, critérios de seleção, como "boa aparência", exigidos pela maioria das empresas dificultam a inserção do negro no mercado de trabalho.

A existência da lei nº 7.437, de 20 de dezembro de 1985, que condena o tratamento discriminatório no mercado de trabalho por motivo de raça ou cor, não tem contribuído para modificar, efetivamente, a situação do grande contingente negro que, diariamente, enfrenta filas diante das fábricas e empresas a procura de um emprego.

1988: Há esperanças?

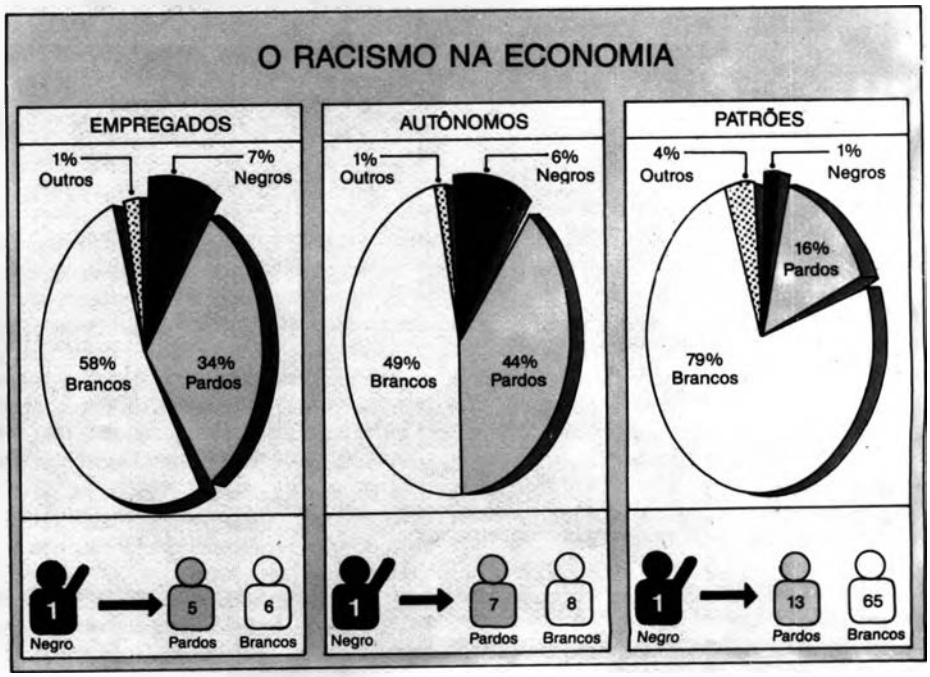
Para alguns representantes do Movimento Negro brasileiro, as expectativas para o ano comemorativo do Centenário da Abolição não são boas. Segundo Antonio Leite, membro do diretório regional do PDT (SP) e coordenador estadual do Movimento Negro no partido, 1988 terá um caráter folclórico. "Neste ano, todo mundo vai assumir a luta do negro", prevê.

Afirmando que a situação de discriminação enfrentada pelo negro no mercado de trabalho só vai mudar quando mudarem o curriculo e os conceitos educacionais transmitidos na infância para milhares de crianças, Antonio Leite acredita que o resultado das comemorações de 1988 só poderá ser analisado em 89. "Para nós, negros, este ano significa reflexão, enquanto que para o restante da sociedade será um ano de festas", conclui ele.

As opiniões são distintas mas as conclusões convergem para o mesmo ponto. O presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo, Eduardo Joaquim de Oliveira, entende "que é preciso analisar a situação atual do negro a partir dos mais variados aspectos". Afirmando que o fato de comemorarmos os cem anos de abolição da escravatura no Brasil não significa que os problemas enfrentados pelo negro brasileiro tenham mudado, Eduardo Joaquim lembra que as posições de subserviência no mercado de trabalho demonstram que as dificuldades de ascensão econômica são maiores para o negro. Nesse sentido, afirma: "O negro foi libertado das correntes que o atavam à escravatura mas, depois de cem anos, encontra-se preso, limitado pelas condições que lhe são impostas por um sistema econômico falho".

Quanto às perspectivas, Eduardo Joaquim também demonstra pouco entusiasmo. Contudo, acreditando que as transformações sociais no país só ocorrerão quando toda a sociedade se unir, ele completa: "É preciso combater de forma efetiva a discriminação que existe no Brasil e conscientizar a comunidade brasileira em geral, que nestes cem anos quase nada mudou".

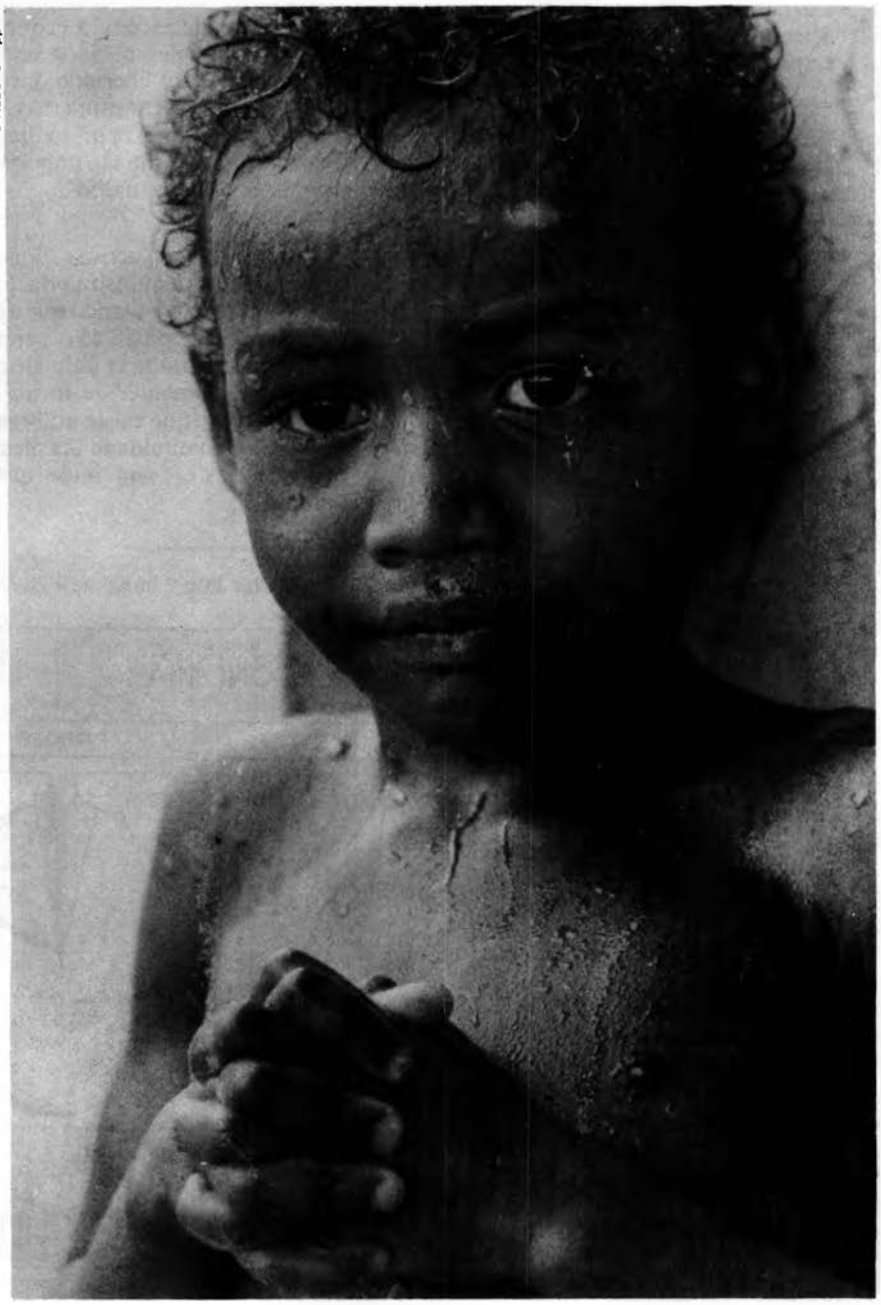
Marcia Cruz Piva é jornalista e escritora.



CRIANÇA NEGRA

Um retrato sem retoques

Togo Yoruba



João Roberto Ripper

Com a independência do Brasil, em 1822, a classe dominante luso-brasileira contemplou a mulher e a criança negra, na Constituinte de 1823, com um projeto de José Bonifácio que dizia: "A escrava, durante a prenhez e passando o terceiro mês, só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença e, passando este, durante um ano, não trabalhará longe da cria (filho)".

Ao consolidar-se em 28 de setembro de 1871 a Lei do Ventre Livre, a criança negra que era pajem, escrava e "válvula de escape" para a criança branca, adquiriu o *status* oficial do abandono, pois a aristocracia rural e escravocrata, não tendo os mesmos interesses dos abolicionistas, não tendo como assumir as chamadas "crias" como propriedades, desagregava mais ainda a família negra, deixando-as como criaturas perambulantes, à risca de sua própria sorte ou melhor, de sua espoliação.

A Abolição e a República trouxeram novas implicações sócio-econômicas, fortalecendo a ideologia assistencialista para com a criança negra.

O "amparo" às crianças afro-brasileiras restringia-se aos seus préstimos como mão-de-obra barata, tanto aos liberais quanto aos conservadores. A partir de 1920, o Estado surge como responsável destas crianças. Há uma forte campanha nos anos de 1922/23 contra o comércio de amas-de-leite, uma alternativa de vida para as mulheres negras, por ser considerado como "principal agente" da mortalidade infantil branca. Este movimento vem reforçar, na verdade, a criação de jardins da infância, lactários, favorecendo aos empresários da época, em detrimento de um planejamento para com a população negra, evidenciando mais ainda que a ideologia racista não mudara com o liberalismo abolicionista.

A Constituição de 1934 (artigo 138) determinava a adoção de "medidas legislativas e administrativas tendentes para restringir a mortalidade infantil". Enquanto isso ocorria, a historicidade da criança negra era direcionada, intencionalmente, para o exército industrial de reserva.

Com às guerras mundiais, o Estado, já caracterizado como o grande tutor da criança negra, favoreceria a partir dos anos 40/50 a absorção da juventude espoliada, através do Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Comércio (Senac). Eram medidas paliativas que atendiam ao mínimo necessário para justificar à opinião pública uma preocupação com aqueles jovens.

A preocupação do Estado com relação à população infanto-juvenil explorada, marcadamente negra, ficou mais evidente quando nos anos 60, sob o golpe militar, o Ministério da Justiça e em seguida o da Previdência, e não o da Educação, passaram a gerir a política para a criança marginalizada sob a ótica do híbrido capitalismo brasileiro. O êxodo e a luta por creches passam a ser os sintomas da desproteção vivida por mulheres e jovens, já não só de negros (maioria), mas de mestiços e brancos, estes alijados dos benefícios de regime escravocrata há cem anos atrás. Segundo o DNCr, em 1965, a educação pré-escolar cobria apenas 1,6 % das crianças que deveria atingir. Em 1980, eram apenas 6% das crianças entre 0 e 6 anos, ou seja, menos de 1,4 milhão, em um total de 22 milhões de crianças. Desse total, cerca de 30% das crianças na pré-escola pertenciam a famílias com renda de até dois salários mínimos.

João Roberto Ripper

Criança negra: em lugar de leis e decretos, a transformação do país.

A Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), órgão responsável pelo atendimento à criança e adolescente espoliado (negros e mestiços majoritariamente), inventou a tese dos "menores em situação de risco" para a realidade de quase um terço da população brasileira que subvive com até dois salários mínimos, concentrada nos centros urbanos e subestimada enquanto classe e raça. Os riscos, na verdade, deveriam ser creditados à burguesia que concentra a renda nacional e não à juventude, cujo atendimento já se tornou um caso de segurança nacional.

João Roberto Ripper

Como há 116 anos atrás, as crianças negras poderão ser vistas ainda como nos retratos de Rugendas e Debret, com a diferença do tecnicismo que serve de pano de fundo dessa realidade. Há necessidade dos movimentos negros, das federações de favelas e associações de moradores rediscutirem o *apartheid*, caracterizado nas favelas ou não. É prioridade do movimento negro brasileiro implementar projetos que atendam a base social da população, autoquestionando o culturalismo estimulado pelo governo.

Enfim, somente através do conjunto formal e informal da pressão política a democratização no Brasil será efetiva. Para dar oportunidade à maioria da população na busca de formas mais socializadas que contemplem a criança não somente em leis e decretos, é fundamental que a informação e o controle da produção sejam uma realidade constante na consciência de cada cidadão. Mas, para atender as reivindicações históricas dos empobrecidos, simbolizados na criança negra, será necessário transformar este país. E a transformação não se obtém apenas pela representação política; ela é conquistada pela efetiva participação de todos.

Togo Yoruba é integrante da Asseaf (Associação dos Ex-Alunos da Funabem).

João Roberto Ripper

João Roberto Ripper

A evangelização dos negros

Mauro Baptista

Neste ano comemora-se o Centenário da Abolição da escravidão no Brasil. A Igreja Católica lança, na quaresma, sua Campanha da Fraternidade enfocando a questão da população negra. O lema da campanha adota a frase bíblica de Ex 3,7: "Ouvi o clamor deste povo".

O tema desta campanha vai remexer profundamente na história da Igreja Católica no Brasil, despertando diversas reações. Seu conteúdo, indubitavelmente, se distingue bastante dos temas das campanhas anteriores, pois vai incidir fortemente na questão da teologia e da pastoral católicas em relação à população negra, à sua cultura e religiosidade. O problema que a campanha levanta há de se constituir num desafio, se for encarado com a devida seriedade pela comunidade católica, sobretudo pelos seus dirigentes e responsáveis. Por razões históricas, é um tema complexo e polêmico. Já no célebre Documento de Puebla (8,40), a Igreja Católica reconhece, hoje, que nem sempre tratou a situação vivida pelos negros com a "devida atenção evangelizadora e libertadora".

Além do centenário da "abolição", aproxima-se para a Igreja Católica do continente americano, o 5º Centenário da Evangelização na América (1492/1992). De modo ainda mais abrangente, a ação missionária, evangelizadora e pastoral desta igreja estará no centro dos debates que, naturalmente, vão acontecer. Já há setores se movimentando, grupos se reunindo e examinando as relações entre Igreja Católica e comunidade afro-brasileira. Verifica-se, nesta trajetória, a dificuldade sentida pela Igreja em penetrar no mundo cultural-religioso da população negra. E, então, surgem os "por quês" desta dificuldade, que se estende por mais de quatro séculos. Minha intenção é propor algumas considerações relacionadas com essa dificuldade profunda, secular e desafiadora da teologia e ação pastoral da Igreja Católica no Brasil.

Evangelização e mundo afro-brasileiro

De 1530 até 1850, o tráfico negreiro arrancou da África e transplantou violentamente para o Brasil milhões de africanos. Em duras condições vieram os negros de variadas etnias e se espalharam pelas mais diversas regiões brasileiras. Hoje, aproximadamente, 43% do conjunto populacional brasileiro são constituídos por negros ou têm ascendência negra. Estimativas mais recentes avaliam que não menos de 60 milhões fazem parte deste grupo.

A escravidão negra foi sempre peça básica e fundamental do projeto colonial que dominou a história e a vida brasileiras. Esse projeto, que se sobrepõe a todos os demais, tinha como objetivo a exploração econômica da nova terra. Oliveira Vianna comenta: "O objetivo de Portugal não é tanto colonizar a terra, mas explorar as suas riquezas. A terra era concedida àqueles que possuíam meios para realizar a exploração dela e fundar engenhos: sistemas das sesmarias. Portugal favorece os latifúndios" (*Evolução do povo brasileiro*, p. 72). A escravidão do índio e, posteriormente, a do negro, há de se constituir em "alma" de todo o projeto colonial, que se estendeu mesmo após a independência, em 1822.

A evangelização estava embutida dentro deste projeto colonial. A partir dela vai se formando a cristandade colonial, o catolicismo tradicional brasileiro, instrumentalizado e a serviço das estruturas de dominação e exploração. Mesclava-se com os interesses econômicos e políticos dos detentores do poder. A escravidão negra é o elemento básico deste projeto colonial. O escravo se inseria na cristandade, praticamente, da mesma forma como era inserido no sistema de produção escravocrata.

João Roberto Ripper

Daí, evangelização e cristandade não eram propostas, mas imposições.

A partir de meados do século passado, o catolicismo brasileiro vai entrar numa nova fase, pondo em crise a cristandade intimamente ligada ao projeto colonial. É o início do processo de "romanização" da Igreja Católica no Brasil. As congregações religiosas masculinas e femininas que chegam ao Brasil trazem bem montado um novo projeto religioso, fortemente incorporado ao sistema hierárquico romano. É um projeto eclesiástico e eclesial culturalmente bem europeu. Há dentro deste modelo também um projeto civilizatório: trazer os valores da civilização européia, que se auto denomina de "civilização cristã" para o Brasil. O mundo afro-brasileiro não encontrará espaço neste projeto: vai ficar totalmente marginalizado. A "questão negra" não é nem sequer colocada, sua realidade global é desconsiderada, senão mesmo combatida. Não há nenhum intercâmbio, muito menos diálogo com esse amplo

setor populacional. Esse modo de proceder se estenderá, no Brasil, até a época do Concílio Vaticano 2º (1962).

Após o Vaticano 2º, a Igreja latino-americana inicia um movimento mais autônomo, em busca de sua identidade. Em 1968, o episcopado do continente elabora o Documento de Medellín, onde a Igreja Católica estabelece seu novo projeto, bastante diferente dos dois anteriores. É uma igreja que começa a fazer de modo consciente e institucional sua opção preferencial pelos empobrecidos. As classes sociais e as etnias oprimidas vão se tornando, aos poucos, protagonistas deste novo projeto. No Documento de Puebla, explicita-se mais fortemente esse novo modelo com seu

projeto pastoral. É uma abertura inédita em relação também à população negra. Porém, nesse projeto, a ênfase maior vai incidir sobre questões econômicas e políticas, indubitavelmente, importantíssimas. A problemática cultural e religiosa do negro não é suficientemente tematizada, de sorte que, neste ponto, permanece ainda uma séria dificuldade no relacionamento com o mundo afro-brasileiro.

Portanto, nessa trajetória, a Igreja se defronta com três dificuldades básicas e fundamentais em confronto com a população afro-brasileira:

a) No projeto colonial: evangelização-cristandade instrumentalizada pelo sistema escravocrata.

b)No projeto de "romanização": evangelização dentro do sistema cultural branco-europeu, fortemente exclusivista.

c) No projeto Medellín-Puebla: evangelização que questiona a situação econômico-política com pouca ou quase nenhuma incidência na realidade cultural-religiosa afro-brasileira.

Cosmovisões diferentes

A pastoral da Igreja se faz dentro de circunstâncias concretas da vida social. Também a teologia produzida está estreitamente ligada ao contexto social no qual ela é elaborada. Embora o assunto da teologia seja eterno, a teologia em si é, como aqueles que a articulam, limitada pela história, o espaço e o tempo. A prática pastoral e a teologia estão intimamente imbricadas, se inspiram mutuamente e ambas são fortemente marcadas pelo "lugar social" daqueles que as praticam. Sua cosmovisão expressa poderosamente os condicionamentos sociais e culturais de onde surgem suas asserções e práticas. Há uma relatividade em seus métodos, em suas práticas e em seus pensamentos. Se uma determinada cosmovisão pretende absolutizar-se, ela cai num totalitarismo que impede o diálogo, a interpretação de visões diferentes, negando o outro como outro (alteridade), eliminando-o e marginalizando-o.

Retomando os projetos antes enumerados, poderíamos tecer as seguintes considerações: o projeto colonial, instrumentalizando a evangelização-cristandade, foi caracteristicamente totalitário. Essa cristandade daí originada trouxe a marca desse totalitarismo, que se refletiu na sua respectiva teologia e prática pastoral. Dentro desta cosmovisão, até mesmo a prática escravocrata encontrou em teólogos legitimação moral e a própria Bíblia foi lida, inúmeras vezes, e interpretada para justificar as práticas vigentes.

A cosmovisão do projeto de "romanização" é marcada por uma leitura teológica e uma prática pastoral quase que exclusivamente a partir do "lugar" da hierarquia romanizada e do branco-europeu. A "questão negra" nem é colocada e o objetivo de seu projeto é implantar a civilização européia e ocidental, simplesmente identificada como civilização *cristã*. É um projeto global, marcando desde a teologia e a liturgia até a pastoral, a ação e a organização da Igreja. Projeto centralizador, que exclui tudo o que seja de outra esfera étnica e cultural.

Evidentemente, a Igreja Católica, enquanto sustenta esses dois tipos de projetos não terá chance alguma de penetrar o mundo cultural e religioso afro-brasileiro. A construção social da realidade daí resultante, suas práticas e idéias, estão separadas da realidade, das práticas e das idéias da comunidade negra, que, no máximo, só poderá caminhar a seu lado, paralelamente.

O terceiro projeto — Medellín-Puebla — diferente dos dois anteriores, apresenta melhores perspectivas. A partir do "lugar" do empobrecido, a Igreja começa a ter outra cosmovisão, outra construção social da realidade. Ele apresenta uma nova chance de diálogo, de interpenetração de visões culturais e religiosas. Já se disse que suas preocupações primeiras se situaram nas dimensões do econômico e do político, preponderantemente. Pouco ou quase nada se investiu na dimensão do cultural e do religioso. Porém, já é uma promessa alvissareira. Já é um projeto que vai tentando transcender os interesses econômicos, políticos, culturais e religiosos dos grupos dominantes e exclusivamente brancos para passar para o pólo dos historicamente expoliados, ofendidos e humilhados, porque são *diferentes* na cor, na cultura, na religião. No bojo deste projeto está presente o desejo de fazer a passagem da "matriz cultural-histórica" da transmissão do evangelho para outra matriz. Há aí um apelo a uma conversão em profundidade, muito difícil de se fazer, devido a tantos condicionamentos históricos e sócio-culturais.

O desafio da inculturação

De algum tempo para cá se ouve falar de inculturação do evangelho. A inculturação é a encarnação da vida e da mensagem cristãs numa área cultural concreta, de sorte que esta experiência se converta em princípio inspirador, normativo e unificador, que transforme e recrie esta cultura, dando assim origem a uma nova criação. Paulo 6º, em seu documento *Evangelii Nuntiandi* de 1975 (n.20), assinalava que a ruptura entre evangelho e cultura é o drama de nossa época, como foi de outras também, e que importa *evangelizar a cultura* e as culturas do homem, não de maneira decorativa, mas indo até às suas raízes.

Esse é o desafio que se apresenta em nosso caso. É um convite para uma nova prática teológico-pastoral que traga consigo a necessidade da criação de novas posturas e de nova mentalidade. Sem isso, o núcleo cultural-religioso do mundo afro-brasileiro permanecerá impenetrável a um diálogo evangélico responsável com essa realidade negra e seu ethos autêntico. Importa renunciar a uma quantidade enorme de preconceitos e de complexos, acumulados através dos séculos, para se estabelecer um intercâmbio construtivo, que, na sua fecundidade, dê origem a uma nova criação.

Mauro Baptista é padre católico e professor de História Comparada das Religiões no Instituto de Teologia de São Paulo.

Igreja, escravidão e racismo

Antonio Olímpio Sant'Ana

O racismo — assim como a escravidão em outras épocas — é um dos fortes componentes da sociedade moderna. Ele está impregnado na espinha dorsal do comportamento social vigente, isto é, tornou-se uma prática comum e até mesmo consentida em alguns casos. Discrimina-se naturalmente.

Mas como a Igreja Católica, num primeiro momento, e as Igrejas Protestantes, depois, têm se comportado diante do racismo e das "justificativas teológicas" que ao longo da história da humanidade legitimaram a escravidão de milhões de homens e mulheres?

A escravidão romana foi a grande precursora da escravidão africana no Novo Mundo. Os seus escravos públicos e privados acotovelavam-se nas cidades e vilas. Com a queda da poderosa Roma houve o gradual desaparecimento da escravidão. Mas, a partir do século 13, a escravidão renasce na Europa devido às guerras entre cristãos e muçulmanos acontecidas na Península Ibérica. É interessante observar que tanto os seguidores de Maomé como de Jesus Cristo restabeleceram o costume de escravizar os prisioneiros de guerra. Historicamente se sabe que o "infiel" escravizado pelos cristãos sofria as mesmas conseqüências do que quando era aprisionado pelos muçulmanos. "De fato", afirma Rolando Azzi em *Mito e Ideologia* (Vozes, p. 78), "tal prática era uma instituição mantida pela tradição islâmica; assim sendo, os inimigos vencidos na guerra eram conduzidos como escravos. Em contato com os árabes os cristãos passaram a adotar uma conduta análoga: transformar as pessoas capturadas nos combates em escravos."

O negro escravo aparece nos anais da Grécia e Roma em 1390, quando os mercadores mouros chegaram à Nigéria e iniciaram um processo regular de trocas de produtos da Europa e Ásia pelo ouro, prata e escravos africanos. Os portugueses levaram negros escravos a Lisboa em 1441 e 1442 e durante esse mesmo século aumentaram a caça e venda de escravos africanos.

Práxis escravagista

Cresce, assim, a participação de cristãos na prática da escravidão, exigindo da Igreja Católica uma posição que legitimasse bíblica e teologicamente esta nova prática altamente rentável para os cristãos. Tal prática foi incentivada, dinamizada e difundida com o aval da Igreja. Segundo Azzi, duas justificativas "teológicas" foram apresentadas inicialmente pelos moralistas católicos: a indigência absoluta e a guerra.

A primeira era considerada como escravidão espontânea, ou seja, quando uma pessoa entregava a si mesma ou a seus filhos por estar numa situação de penúria absoluta, tornando-se a escravidão como a única opção possível, uma vez que os escravos eram sustentados pelos seus senhores. A força da argumentação estava no princípio de que a vida era um "dom de Deus" a ser preservada mesmo com renúncia à própria liberdade. "Essa reflexão ética, contudo, deixava de lado — continua Azzi — uma análise mais profunda das condições históricas de natureza sócio-econômica, geradoras dessas situações de precariedade humana."

A segunda forma de escravidão justificada pela Igreja era a resultante da guerra: admitia-se assim a escravidão de um inimigo como forma de poupar a sua vida. Ao invés de ser eliminado, o prisioneiro era conduzido como escravo conforme praxe introduzida na sociedade maometana.

À medida em que o espírito das cruzadas se desenvolveu sob o estímulo da própria Igreja, empenhada em conter o islamismo, essa segunda forma de escravidão passou a ter uma explicitação mais ampla. A escravidão era aceita desde que resultasse de uma guerra realizada por motivos "justos e santos". O modelo destas guerras "santas e justas" eram as chamadas cruzadas, verdadeiras expedições bélicas que tinham o apoio da Santa Sé. Toda a motivação que os "guerreiros santos" necessitavam era fornecida pela Igreja. "Deus o quer", era um dos motores que motivou e justificou a martirização de milhões de negros africanos.

Posteriormente, Espanha e Portugal assumiram a infamante responsabilidade de restaurar uma sociedade abominável em pleno século renascentista, quando o capitalismo dava seus primeiros passos e a burguesia irrompia com ímpeto revolucionário nas ciências, artes e política. O solo escolhido para o "resgate do escravismo" foi exatamente o continente americano, "descoberto" por Cristovão Colombo no final do século 15.

A escravidão negra, conta Azzi, era fundamental para a produção econômica das colônias em benefício das coroas. Deste modo, um questionamento sério de sua legitimidade representaria um verdadeiro atentado contra a estabilidade vigente. Daí que a escravidão negra nas Américas foi bem mais violenta que a de Roma. Os traficantes de escravos arruinaram toda uma raça e extinguiram mais de 20 milhões de homens e mulheres.

Maldição divina

A nível popular, porém, a tese mais difundida como justificativa do sistema escravocrata era a doutrina da maldição divina. Sob este prisma três interpretações diversas, mas convergentes, eram apresentadas para explicar a origem da escravidão negra: a primeira delas afirmava que a esmo conseqüência da "doutrina bíblica" Adão e da maldição divina imposta ao homem de trabalhar a terra com o suor do rosto. O trabalho escravo evidenciava na sociedade humana a força dessa maldição.

A segunda versão considerava os africanos como descendentes de Caim e, portanto, traziam ainda na carne a maldição divina do primeiro homicida da humanidade. Segundo a narração bíblica, ao amaldiçoar Caim, Deus lhe colocou um signo na carne para que não fosse morto, mas vivesse continuamente expiando seu crime. Na tradição popular os negros eram considerados como a raça maldita de Caim, sendo a negritude de sua pele o signo imposto pelo próprio Deus.

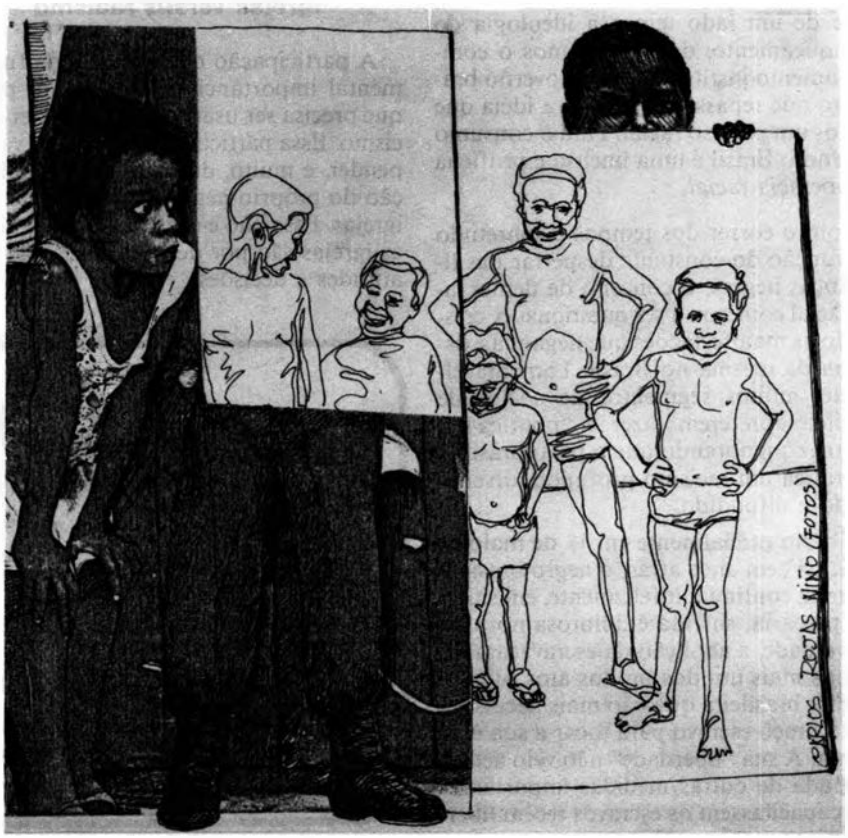
De acordo com a terceira interpretação, os africanos eram descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após provar o fruto da videira.

"Se o pastor Abel", continua Azzi, "era o símbolo da bondade e fidelidade a Deus, Noé era a expressão de honestidade num mundo depravado. Tanto Caim como Cam, portanto, representavam a negatividade ética, a tentação diabólica de destruir o plano divino que deveria dar origem ao futuro povo eleito. Como o mundo todo havia sido refeito a partir do dilúvio, conforme tradição judaica, a maldição de Noé parecia ainda mais atuante: daí serem os negros da África considerados com freqüência como os descendentes de Cam.

Como a força da tradição popular é muito forte, ainda hoje os negros são considerados como restos da humanidade. Como conseq"uência da "doutrina bíblica" o negro é considerado, portanto, uma raça destinada aos trabalhos servis. Por este motivo, quando no Brasil colonial se desejava designar uma atividade pesada e sem descanso, utilizava-se a expressão "mourejar" ou "trabalhar como mouro". Mouros eram os africanos maometanos, considerados infiéis.

Racismo científico

Havia também as justificativas científicas. Três "teorias científicas" colaboraram eficazmente para justificar e aprofundar a escravidão e, conseqüentemente, o racismo: o *positivismo* de Comte, o *darwinismo social* e o *evolucionismo* de Spencer. Renato Ortiz em sua obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, declara que estas "teorias", apesar de serem distintas entre si, podem ser consideradas sob um único aspecto: o da evolução histórica dos povos. Na verdade, o evolucionismo se propunha a encontrar um nexo entre as diferentes sociedades humanas ao longo da história, aceitando como postulado que o "simples" (povos primitivos) evolui naturalmente para o mais "complexo" (povos ocidentais), procurando estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações. Do ponto de vista político aceita-se que o evolucionismo vai possibilitar à elite européia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão mundial do capitalismo. O *evolucionismo*, em parte, legitima ideologicamente a posição hegemônica do mundo ocidental. A "superioridade da civilização européia torna-se, assim, decorrente das leis



naturais que orientam a história dos povos". A influência destas pseudo teorias científicas foi fundamental para o surgimento e sedimentação do racismo à brasileira, hoje conhecido como *democracia racial.*

Por que uma democracia racial?

Os fatos do cotidiano mostram que no Brasil o tão decantado conceito de igualdade racial deixou de ser válido. A realidade aponta mais no sentido da discriminação do que no da democracia racial. Quando as "teorias científicas" chegaram ao Brasil no século 21, encontraram aqui uma realidade bem diferente da "civilizada" Europa branca.

Para adaptar estas "teorias científicas" à realidade brasileira, iniciou-se a elaboração da ideologia do branqueamento, isto é, o negro, para ser aceito tinha que assimilar os valores brancos. Tudo que é negro é péssimo, negativo, pobre, feio, subdesenvolvido, marginal, bruxaria. E, tudo que é branco é bom, positivo, rico, bonito, desenvolvido e cristão.

Essa ideologia de branqueamento enraizou-se tão profundamente na comunidade negra que esta, pressionada psicologicamente, sente-se como o branco opressor a vê e quer: inferior. Por isso mesmo, ela luta para tornar-se igual ao seu opressor. Imagina que igualando-se a ele, deixará de sofrer tanto.

Se de um lado temos a ideologia do branqueamento, do outro temos o comportamento institucional do governo brasileiro que repassa ao mundo a idéia que somos um paraíso racial. Para o consumo externo o Brasil é uma imensa e profícua *democracia racial.*

Com o correr dos tempos e sobretudo em função do constante despertar das lideranças negras, o conceito de democracia racial começou a ser questionado, crescendo as manifestações que negam a existência da mesma no Brasil. Lamentavelmente, muitos segmentos da sociedade brasileira preferem fazer a "política do avestruz", ignorando que o povo brasileiro pratica um racismo profundo, diversificado e difundido.

Liberto oficialmente em 13 de maio de 1888, há cem anos atrás, o negro brasileiro ainda continua, infelizmente, em situação precária, sofrida e dolorosa no país. Na verdade, a abolição da escravatura foi apenas mais um dos muitos atos oficiais da elite brasileira que não mais necessitava do braço escravo para tocar a sua economia. A sua "liberdade" não veio acompanhada de outras medidas importantes que capacitassem os escravos recém libertos a serem inseridos adequadamente na sociedade livre.

O sociólogo Clovis Moura afirma que "depois da abolição, os negros expulsos dos centros de produção tiveram que se contentar com as posições periféricas da sociedade". É hoje ponto pacífico que o negro, após a abolição, tornou-se mais marginalizado. Não há dúvida: 13 de maio de 1888 foi um logro, uma farsa, uma mentira. A abolição beneficiou mais a economia brasileira do que o negro, o grande autor dessa economia. É doloroso admitir que os negros saíram da escravidão formal sem qualquer tipo de acumulação, seja material ou intelectual. Por isso mesmo torna-se hoje muito difícil o negro encontrar a sua verdadeira identidade.

O negro é desprezado, maltratado, inferiorizado dentro da cultura brasileira. Ele se situa no ponto mais crítico dos gráficos, nos índices mais medíocres das estatísticas, nos parágrafos mais soturnos dos relatórios, nos segmentos mais inferiores das pirâmides. Ele desenha um mapa de um país subdesenvolvido (80% da população negra reside nas regiões mais pobres), onde após longo período de escravismo, uma massa de ex-escravos manteve-se presa de relações sociais caracterizadas pela dependência do seu ex-senhor; pelo clientelismo eleitoreiro dos coronéis, pelas exaustivas tarefas das plantações.

Igrejas *versus* racismo

A participação das igrejas é de fundamental importância. Elas têm um poder que precisa ser usado para combater o racismo. Essa participação, contudo, vai depender, e muito, do interesse e mobilização do próprio negro no interior de suas igrejas. Essa não é uma tarefa fácil, já que as igrejas são por demais lentas nas suas atitudes e decisões.

Temos, apesar de alguns impasses, muita esperança. Em maio de 1984, no Rio de Janeiro, a Igreja Metodista realizou o seu primeiro encontro nacional com representantes negros das várias regiões eclesiásticas. Compareceram, também, para dar o seu apoio, representantes da liderança negra brasileira. Desse encontro nasceu uma comissão nacional que objetiva mobilizar os metodistas para combater o racismo.

Em maio de 1985, em São Paulo, realizou-se o Primeiro Encontro Ecumênico Nacional, com representantes oficiais das Igrejas Episcopal, Metodista, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, IECLB e Assembléia de Deus — Ministério do Rio de Janeiro. Desse encontro, nasceu a primeira Comissão Ecumênica Nacional, hoje integrada ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic).

A Comissão Ecumênica Nacional vai trabalhar prioritariamente no interior das igrejas. Será uma tarefa que exigirá muita paciência. Pretendemos atingir igrejas locais, seminários teológicos, instituições educacionais e sociais, sempre através de encontros, debates, artigos nas diversas publicações evangélicas e ecumênicas etc. O primeiro projeto já está sendo implementado. A Comissão estuda atualmente a teologia e o racismo para poder formular, a partir da teologia, um combate ao racismo fundamentado bíblica e teologicamente. A criação da Comissão e sua integração ao Conic, baseando sua programação no tripé educação, história e teologia, gera a possibilidade de uma nova relação das igrejas com os negros, sem as discriminações do passado e com os olhos no futuro, na nova sociedade.

Antonio Olímpio Sant'Ana é presidente da Comissão Ecumênica Nacional, membro do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas e do Programa Nacional do Centenário da Abolição do Ministério da Cultura.

Aconteceu

Assinatura anual Cz$ 200,00

América Latina: US$ 60 América do Norte: US$ 85 Europa, África e Ásia: US$ 100

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ _____ Idade: ____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ

MULHERES NEGRAS

Uma nova dimensão teológica

Marilia Schüller

Agência Estado

Lembranças de momentos, de coisas ditas e sentidas... Entre tais lembranças aquela manhã quando ainda era estudante de Teologia. A possibilidade de ver as dimensões femininas e maternais de Deus causaram em mim sentimentos, pensamentos e entendimentos novos. Ao final da aula, uma oração: Deus, nosso Pai e nossa Mãe...! Esta manhã ficou no passado, mas as coisas ditas, sentidas e a novidade estão até hoje presentes.

Fomos ensinadas/os a falar e fazer imagens de Deus marcadamente masculinas: Pai, Senhor, Filho... Nunca aprendemos a falar ou fazer imagens de Deus femininas. O movimento feminista não apenas reavivou as lutas políticas das mulheres por igualdade de direitos, mas inaugurou mudanças de uma cosmovisão e estrutura intelectual androcêntrica para uma compreensão feminista do mundo, da história humana e da religião cristã. Nas últimas décadas a Teologia Feminista tem contribuído de forma efetiva para o rompimento com as tradicionais estruturas da teologia androcêntrica e patriarcal. Se antes pensar quem exercia o labor teológico remetia imediatamente aos homens, hoje já não se dá assim.

Agência Estado

Acompanhando a presença de mulheres no *fazer teológico* encontra-se como chave hermenêutica a experiência de opressão das mulheres para a releitura bíblica e de tradições cristãs. Quem são essas mulheres e quais são as suas experiências de opressão? Aqui, evidentemente não de forma aprofundada, por questões de momento e espaço, gostaria de tecer algumas considerações sobre mulheres entre mulheres que fazem teologia: o ainda difuso e específico campo da Teologia de mulheres negras.

Nesse caminho teológico de libertação latino-americana, pensa-se numa Teologia Negra que indica um compromisso real e concreto com o lugar a partir do qual se faz teologia: as situações e experiências de opressão e discriminação racial da comunidade negra.

É do âmago da comunidade negra que as mulheres negras ocupam seu espaço, abrindo caminhos, lançando seu protesto e buscando sua libertação.

Espaço novo

Esta relação mulheres negras e teologia é ainda bastante nova. Quando penso este *teologizar* descarto da expressão atos que tendam a pensar e articular uma hermenêutica, uma reflexão teológica *para* mulheres negras. Penso, sim, que sejam antes sujeitos desse exercício, pensando suas próprias vidas.

Igualmente ao escrever "mulheres negras" o faço no plural por acreditar que esta tarefa deva ser comunitária, brotada da experiência cotidiana, sofrida, chorada, compartilhada em solidariedade. E mais: vejo como uma forma concreta de resistência ao individualismo marcante de nossa sociedade capitalista. Entendo que o *teologizar* de mulheres negras parte de sua localização sócio-político-econômico-cultural concreta, no contexto desta sociedade brasileira, assim enraizada nas suas condições reais de existência.

Busca-se o sentido da libertação de Deus em Jesus Cristo para nossa condição de mulheres negras. Quando digo isto, não significa que a libertação de Deus em Jesus Cristo, para nós, esteja desarticulada do processo maior de libertação dos oprimidos (mulheres, índios, crianças etc.).

Douglas Mansur

Quero sim dizer que pensar teologicamente a libertação dos oprimidos, no sentido genérico, não contempla o específico de mulheres negras. Mesmo o labor da Teologia Feminista por si só não contempla o específico de mulheres negras, quando elaborada a partir da localização histórica de mulheres de classe média e brancas. E ainda! A própria Teologia Negra ocupada em ser de relevância para a comunidade negra, se não for comprometida com o ponto de partida da localização sócio-econômico-político-cultural-eclesial das mulheres negras, também não contribuirá ao caminho da libertação.

João Roberto Ripper

Três vezes discriminada

O *teologizar* de mulheres negras aponta para algumas questões contidas no reconhecimento e vigilância constantes de sua situação de tríplice discriminação: classista, racista e sexista. Assim, este *teologizar* deve manter a dialética e interdependência entre sua condição específica de participantes das classes subalternas, ou ainda parte de uma grande massa que não

Agência Estado

participa do mundo do trabalho, sendo assim discriminadas por serem *pobres*; de sua condição de serem *negras* e participantes de um imenso contingente de população negra, discriminada pelo racismo das igrejas e da sociedade capitalista branca; de sua condição de *mulheres* negras num continente e país notadamente sexista, cuja estrutura de sociedade, nas suas mais diversas organizações (incluindo instituições eclesiásticas), é androcêntrica, sofrendo também a discriminação de seus companheiros de raça negra. Vale ressaltar que esta visão de interdependência e articulação do classismo, racismo e sexismo constitui-se em contribuição da Teologia Feminista, que postula uma libertação holista (totalidade).

Diante disto, o *teologizar* de mulheres negras, sua hermenêutica, os conceitos teológicos a que possa chegar, suas críticas às igrejas e tradições cristãs, e mesmo o significado da libertação de Deus em Jesus Cristo, deve *partir de e voltar para* estas questões intrínsecas à sua cotidiana experiência de vida. Certamente este exercício específico, embora não exclusivo, tem de articular-se em solidariedade, como uma corrente, cujos elos são formados por sujeitos históricos a caminho de sua libertação. Encontra contribuições profundas e de grande valia nas referências teológicas libertadoras da Teologia Latino-Americana, da Teologia Negra, da Teologia Feminista, surgidas da vida e experiência do povo oprimido. Seus passos vão em direção da vida na sua integralidade, vida de homens novos e mulheres novas, de uma sociedade transformada como desejo de Deus. Diria ainda, ousadamente, que no momento histórico em que a libertação plena chegar para as mulheres negras, mui-

Agência Estado

to mais próximos da fraternidade, justiça e igualdade estaremos.

Aquela manhã à qual me remeti no início, mesmo que bastante pessoal, ficou no passado. Todavia a nova dimensão da relação pelo *pensar* e *sentir* Deus como Criador das mulheres e, portanto, um Deus com um princípio feminino, se estende hoje ao entendimento de que não só nos identificamos mulheres e Deus, mas ainda mulheres negras e Deus, Pai e Mãe de todos e todas, que nos conduz e fortalece no caminho da nossa libertação.

Marilia Schüller é teóloga metodista e pós-graduanda em Ciências da Religião.

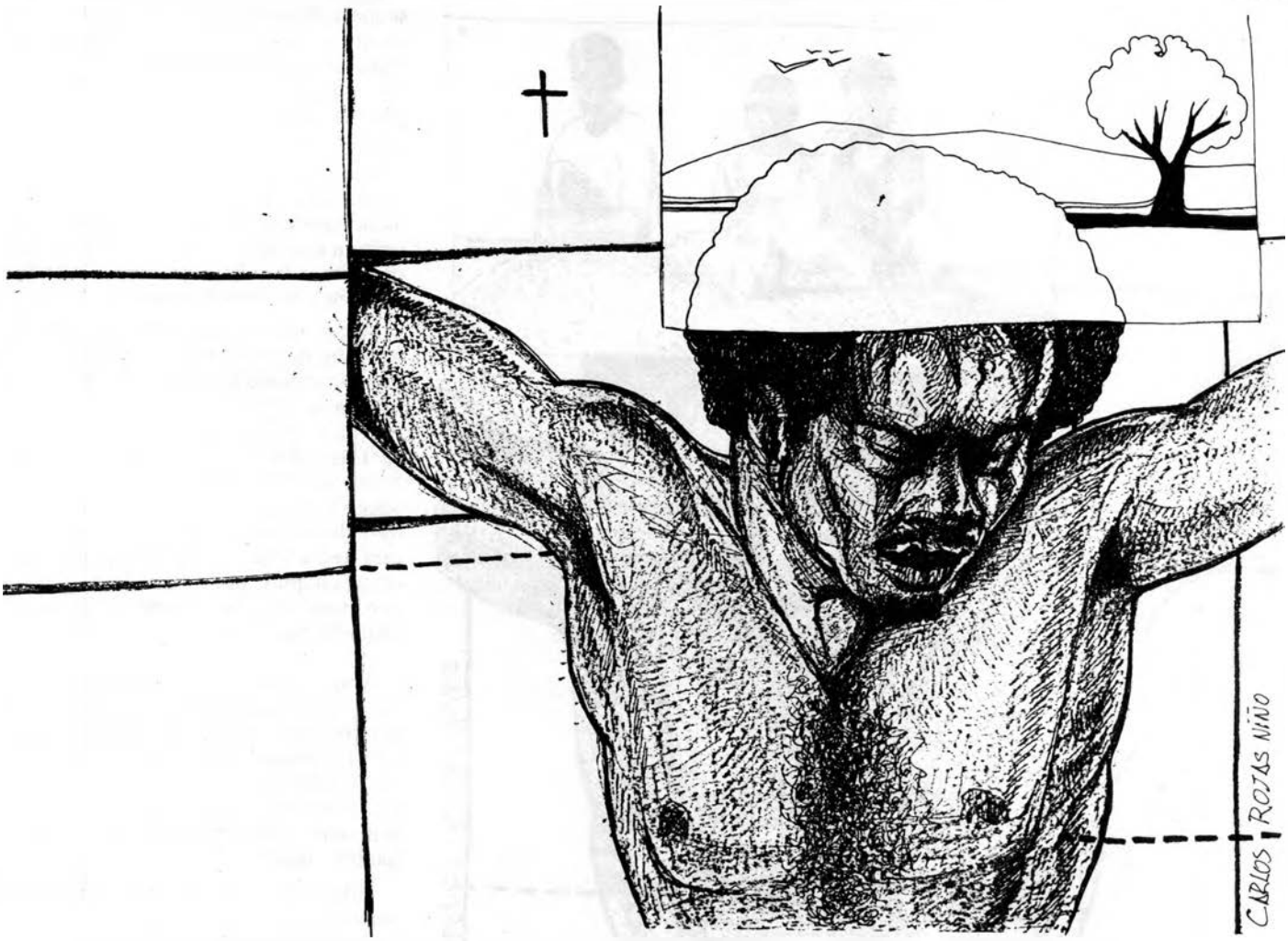
TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Saiba porque a terra indígena é farta só no papel!

Publicação que traz os resultados de uma pesquisa conjunta do CEDI e do MUSEU NACIONAL sobre a situação atual das terras indígenas no Brasil. Tem 152 páginas, com apresentação, artigo, nota metodológica, quadros, mapas e listagem completa dos 518 casos estudados.

Cz$ 350,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI.
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP



O racismo na literatura religiosa

Marcos Rodrigues da Silva

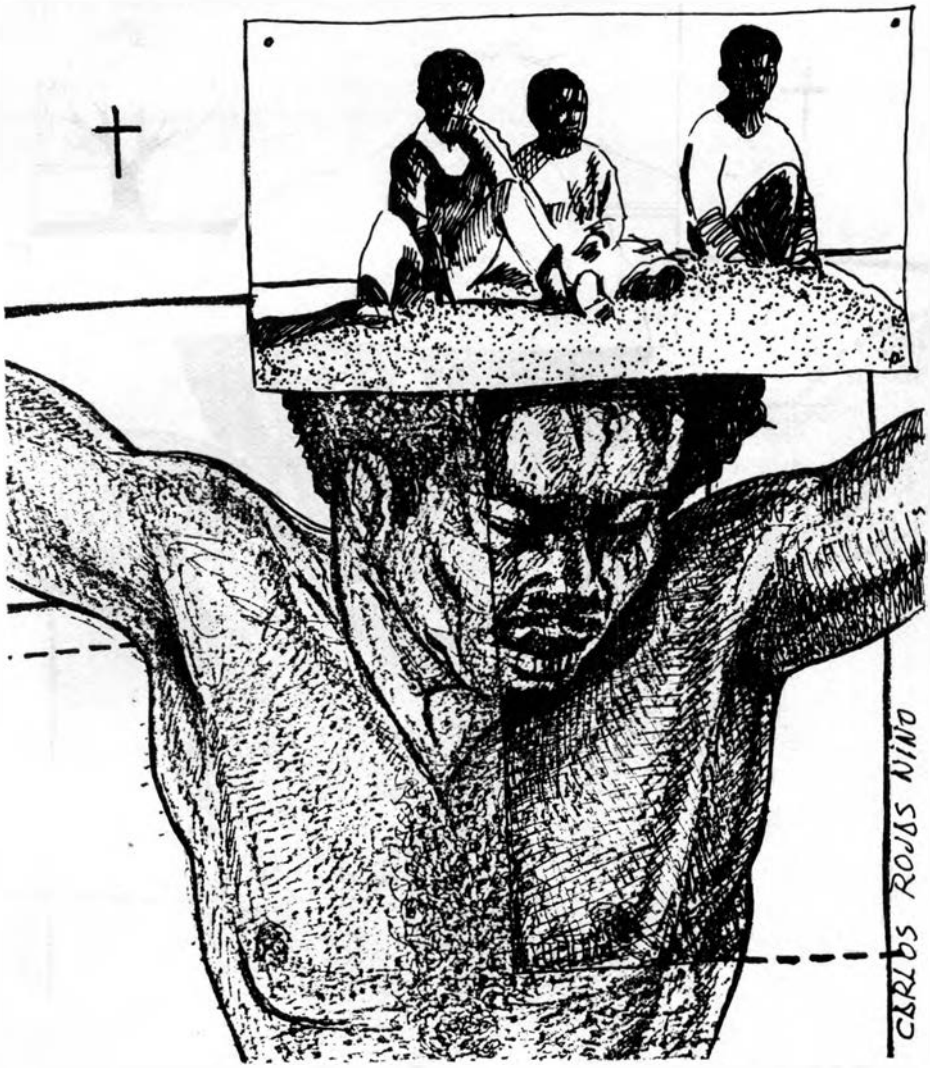
O racismo é um elemento desafiador que marca todos os períodos da história universal. Assumimos a definição de que o racismo é "uma doutrina que atribui às diferenças somáticas observadas entre grupos de indivíduos uma significação qualitativa de acordo com o grau de inteligência, a emotividade, a conduta moral, as inclinações para determinadas atividades ou formas artísticas e experiências religiosas" (*Identidade Negra e Religião*, Asett, Cedi/Edições Liberdade, 1986, pp. 54-55).

O resultado deste processo de racismo é sua estruturação dentro de um sistema social, religioso e, principalmente, dentro do ensino da cultura de cada país. Isto será visível através do *preconceito racial*. Trata-se de um elemento conseqüente à ação institucionalizada de racismo. Consiste na eliminação, a priori, de qualquer participação de setores da sociedade considerados "inferiores" por setores dominantes da sociedade. Os critérios para essa eliminação, muitas vezes, tornam-se elementos essenciais da manutenção do "status quo" desta classe.

Ainda para manter esse processo de racismo vai sendo feita uma releitura da convivência social que possa amenizar os possíveis confrontos entre as minorias racistas e os discriminados. Para tanto, nasce um discurso de *democracia racial*, que procura sustentar a tese da convivência pacífica entre todas as formas étnicas. Mas é visível que esse discurso democrático vem legitimar um novo processo de discriminação estrutural. Primeiramente, porque irá sustentar a divisão entre os capazes de coordenar e administrar os poderes existentes e, em segundo lugar, irá reforçar a política de que as massas empobrecidas e marginalizadas serão eficientes dentro de um esquema preestabelecido pela classe dominante.

Papel das igrejas

Como atuam nossas igrejas diante da prática do racismo institucionalizado? Se considerarmos uma história de compromisso à causa do Evangelho, podemos afirmar que as nossas igrejas cumpriram seu papel: formaram uma grande massa de crentes na mensagem do Senhor e com compromissos sociais desafiadores na construção da nova sociedade. Mas quan-



do penetramos nas esferas mais íntimas da caminhada das igrejas iremos detectar alguns processos de relação com a sociedade, particularmente no Brasil, que apontam para um certo racismo internalizado, o que pouco difere do institucionalizado.

Na prática vão ocorrer algumas situações bastante características que marcaram a presença e a participação do negro na vida das igrejas. Na produção literária eclesial o homem e a mulher negros ocuparão espaços bem definidos. Vejamos os casos mais comuns:

Moral e imoralidade — O parâmetro inicial de nossa análise parte dos princípios criados ou adotados em nossa sociedade para servir a uma realidade marcadamente conservadora que satisfaz a classe média. O clima conservador e moralista é cada vez maior. Esta situação revela um dos fatores determinantes de tal padrão social: o racismo.

Na literatura religiosa encontraremos estes sinais, principalmente nos textos catequéticos. Os tipos são exemplificados da seguinte forma: "O bom menino, aquele que Deus gosta, obedece o papai e a mamãe" (vem a representação de um menino branco); por outro lado, "o malcriado, travesso e malandro, Deus castiga e não vai permitir sua entrada no paraíso" (geralmente, um menino negro). São formas religiosas de racismo.

O quadro fica mais grave quando acentua-se o caráter da mulher negra como "mulher marginalizada", sem considerar a imagem que será guardada pelos leitores. Explica-se: às vezes, pensando denunciar uma injustiça, podemos acentuar ainda mais certos modos de racismo.

Os atos de discriminação gerados pelo racismo internalizado, mesmo entre aqueles que se consideram "progressistas", precisam ser cuidadosamente observados e eliminados. Não se pode admitir apenas no discurso um espaço de convivência sem preconceitos, enquanto que na vida das igrejas e em sua produção literária ainda prevalecem elementos racistas.

Luta de classes e cultura — O povo negro, na sua maioria, pertence a uma classe social determinada na sociedade em que vivemos. Todos afirmariam sem hesitar: "São os mais empobrecidos". É natural. Não precisamos caminhar muito pelos grandes centros urbanos e periferias para confirmar esta tese.

Mas o que incomoda, na verdade, é ver alguns livretos para lideranças de comunidade onde as frases e as imagens caracterizam essa injustiça social. E lá está, novamente, a família negra representando a pobreza e os empobrecidos.

Nossa cultura não comporta simplismos, um único exemplo. A precisão é necessária quando falamos, por exemplo, de cultura nordestina, sulista ou capixaba. Porém, a religião colocada frente a frente com as culturas regionais sofre algumas mutações, especialmente no campo da produção literária. Isto se acentua quando se trata de resgatar os sinais positivos da cultura negra. Para a vida das igrejas pouca coisa, ou quase nada para algumas, é motivo para integrar o espaço religioso ou confessional.

Abre-se o grande desafio às igrejas: viver — verdadeiramente — um processo de inculturação a partir da realidade do povo. Isto passa, sem dúvida, pela elaboração de uma literatura que respeite a prática, os gestos e os costumes da população brasileira, principalmente de sua grande parcela negra.

Vale refletir, ainda, sobre uma prática comum nos discursos e textos cristãos naquilo que chamaríamos de adjetivação do pecado e da graça. O pecado é logo representado pela "noite negra". "Mas isto não tem nada a ver com a pessoa negra", diria alguém para justificar a exemplificação. Pois bem. E a graça? Esta sempre vem associada a uma "nuvem branca", que traz a paz. Este tratamento carrega, com sutileza, dois elementos de racismo: o negro é sinônimo de vida vulgar, pecaminosa. Já o branco tem o privilégio de viver o estado de graça pois estaria mais próximo dos olhos de Deus.

A abordagem crítica da literatura religiosa exigiria a citação dos veículos e autores de mensagens racistas. Mas, considerando que no Brasil todos dizem que não são racistas, devemos levar em conta essas palavras para todos os cidadãos que são sensíveis à realidade do povo negro. A partir daí, sim, entender as práticas das igrejas e suas mensagens junto e para essa imensa massa popular empobrecida, constituída de negros e brancos.

Marcos Rodrigues da Silva é pós-graduando em Teologia Dogmática e integrante do Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep).

O negro na constituinte

João Roberto Ripper

Benedita da Silva

O Brasil, a segunda maior nação negra do mundo, tem uma população negra que constitui um dos pilares da sociedade brasileira. Forma 44,5% da população (IBGE) e integra de forma visível um dos segmentos mais explorados da sociedade.

O Dieese/Seade, em 1985, publicou os resultados de uma pesquisa feita em São Paulo, que vem carimbar os cem anos de abolição da escravatura com dados que não deixam dúvidas quanto à brutal discriminação racial que atinge homens e mulheres negros no mercado de trabalho.

As taxas de desemprego levantadas pela pesquisa indicam que o desemprego atinge preferencialmente a parcela negra da população economicamente ativa: 16,9% dos negros encontram-se desempregados contra 12% dos brancos. Demonstram, assim, que os negros sofrem um processo maior de seleção ao tentarem ingressar no mercado de trabalho, e, quando conseguem, ficam mais expostos ao desemprego do que os brancos. Outra constatação foi de que os negros executam atividades que não requerem especialização ou capacitação. Isto é confirmado pela alta proporção de empregados domésticos entre os negros (14,2%), mais do que o dobro do percentual verificado entre os brancos (6,2%). As constatações expostas derrubam alguns mitos. Como o da chamada "democracia racial". Há desigualdades não só no processo seletivo e nas condições de trabalho, como também na distribuição de renda, na capacitação dos trabalhadores, na especialização de mão-de-obra e, finalmente, na capacidade de organização de trabalhadores negros e brancos.

Quadro desolador

Estamos no ano da comemoração do Centenário da Abolição. A situação do negro se manifesta em problemas sociais de grave e triste constatação: o esquecimento de seu papel na formação da nacionalidade, marginalização social e econômica, preconceito racial manifesto, discriminação, cidadania de segunda classe.

São muitas as indagações que este quadro nos suscita. Parece-nos que fundamental é a falta de interesse, a nível governamental, de trabalhar com dados da realidade confiáveis, para poder subsidiar políticas de treinamento de seus quadros que visem extirpar este estigma enraizado no seio da corporação policial, na orientação cultural e em tantos outros níveis que se têm constituído em aparelho repressivo e causa de constante violência.

Sabemos que esta questão exige um cuidado muito especial. Por outro lado, é denunciando que teremos uma visão mais apurada da realidade. Entendemos que uma das formas de luta é a explicitação do racismo. A denúncia é uma delas.

É preciso coragem

Chegamos à conclusão de que o caminho que leva à extinção do racismo é árduo e difícil, demandando tempo, trabalho e, principalmente, coragem e persistência. As mudanças só poderão ocorrer com o envolvimento e comprometimento de cada um. Qualquer iniciativa terá cumprido seu objetivo na medida em que acabem as inquietações que originam o racismo, transformando-se em ação de combate a esse "câncer social".

É necessário, portanto, divulgar, denunciar, difundir para o conjunto da sociedade toda e qualquer situação, evidência, ato, manobra, fato ou conseqüência que implique, pregue, insinue ou caracterize discriminação de raça e cor, especificando data, evento, vítima e réu.

A superação desse quadro, que passa pela organização civil dos negros, enquanto comunidade racial, na ativa defesa de seus

direitos, deve ter por base princípios constitucionais definidos que garantam juridicamente efetiva igualdade de oportunidade e a punição exemplar dos autores de atos discriminatórios.

Constituição

No atual momento de debate constitucional, continuamos lutando pelas reivindicações do movimento negro. Já na Subcomissão dos Negros, População Indígena, Pessoas Deficientes e Minorias conseguimos aprovar os seguintes artigos:

Art. 3º — Constitui crime inafiançável subestimar, estereotipar ou degradar grupos étnicos, raciais ou de cor, ou pessoas pertencentes aos mesmos, por meio de palavras, imagens, ou representações, através de quaisquer meios de comunicações.

Art 4º — A Educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e pluriétnicas do povo brasileiro.

Art. 5º — O ensino de História das Populações Negras no Brasil será obrigatório em todos os níveis da educação brasileira, na forma que a lei dispuser.

Art. 6º — Caberá ao Estado, dentro do sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público, desde a creche até o segundo grau, a adoção de uma ação compensatória visando à integração plena das crianças carentes, a adoção de auxílio suplementar para a alimentação, transporte e vestuário, caso a simples gratuidade de ensino não permita, comprovadamente, que venham a continuar seu aprendizado.

Tadashi Nakagomi/Ag. Folhas

Benedita: "Uma das formas de luta é a explicitação do racismo".

Art. 7º — O Estado garantirá o título de propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos Quilombos.

Art. 8º — Lei ordinária disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 9º — O País não manterá relações diplomáticas e não firmará tratados, acordos ou convênios com países que desrespeitem os direitos constantes da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", bem como não permitirá atividades de empresas desses países em seu território.

O nosso trabalho continua e passa pelo crescimento da consciência do povo negro, do resgate da memória cultural dos afro-brasileiros.

Benedita da Silva é deputada federal do Partido dos Trabalhadores (PT-RJ).

Assine a Revista tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual: Cz$ 350,00 ☐

Assinatura de apoio: Cz$ 500,00 ☐

América Latina: US$ 60 América do Norte: US$ 80 Europa, África e Ásia: US$ 90

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP.

Colômbia

Sinal fechado para a vida

Manuel Gutiérrez

A Colômbia é um país cruzado de norte à sul pelas montanhas dos Andes, e banhado por dois oceanos: Atlântico e Pacífico. Possui todas as variações climáticas, desde as neves perpétuas andinas até as quase insuportáveis temperaturas quentes das selvas e das planícies, passando pelos climas de pé de monte, onde se cultiva preferencialmente o café, a banana e a cana-de-açúcar.

A Colômbia é um país cruzado de norte à sul pelas montanhas dos Andes, e banhado por dois oceanos: Atlântico e Pacífico. Possui todas as variações climáticas, desde as neves perpétuas andinas até as quase insuportáveis temperaturas quentes das selvas e das planícies, passando pelos climas de pé de monte, onde se cultiva preferencialmente o café, a banana e a cana-de-açúcar.

O território colombiano tem rios majestosos e a maioria de suas terras é rica e fértil, caracterizando um país agrícola, povoado por brancos, negros, indígenas, mestiços, mulatos e zambos. No seio de sua terra abundam carvão, ferro, petróleo, ouro, prata, enquanto nas selvas predominam madeiras preciosas.

Mas a Colômbia produz também a maior parte da maconha consumida nos Estados Unidos, e é passagem obrigatória da cocaína destinada aos viciados norte-americanos e dos países vizinhos. Isto provoca a ira da administração Reagan que "para proteger seu povo" não hesita em aplicar retaliações políticas e econômicas contra o governo do presidente Virgilio Barco.

No âmbito da formalidade institucional, o país é "democrático". Seu presidente tem a garantia do voto popular, embora apenas 10% dos eleitores comparecem normalmente às urnas.

O Exército colombiano, guardião fiel da Constituição e das leis, é altamente qualificado e a polícia faz pose de respeito aos direitos civis. E para que a felicidade seja completa, o país está consagrado ao Sagrado Coração de Jesus. Todos os anos a consagração se renova na catedral de Bogotá, com a presença do presidente e seus ministros, da alta hierarquia católica, dos políticos e dos militares.

Luta de interesses

É neste cenário, onde aparentemente reina uma calma absoluta, que se cruzam interesses conflitantes: os dos povos indígenas que lutam e resistem contra a usurpação de suas terras; os dos camponeses que exigem uma reforma agrária sob seu controle; os dos trabalhadores que querem viver dignamente. De outro lado, residem os interesses dos latifundiários, dos políticos tradicionais, dos chefes do narcotráfico, do governo norte-americano e até mesmo de uma parcela significativa da hierarquia eclesiástica.

Esta é a Colômbia real, onde ocorre um assassinato político a cada seis horas, traduzindo uma alarmante cifra de mais de três mil mortos e 1,2 mil desaparecidos. É o país das incongruências, regido por civis, mas sob tutela militar. Há 32 anos vigora o Estado de Sítio e sua história política é a versão hegemônica de liberais e conservadores, que brigam durante o dia e se abraçam à noite, protagonizando cambalachos de cúpula. Licenciosamente, admitem a tortura, a perseguição e o assassinato praticados diariamente pelos "esquadrões da morte".

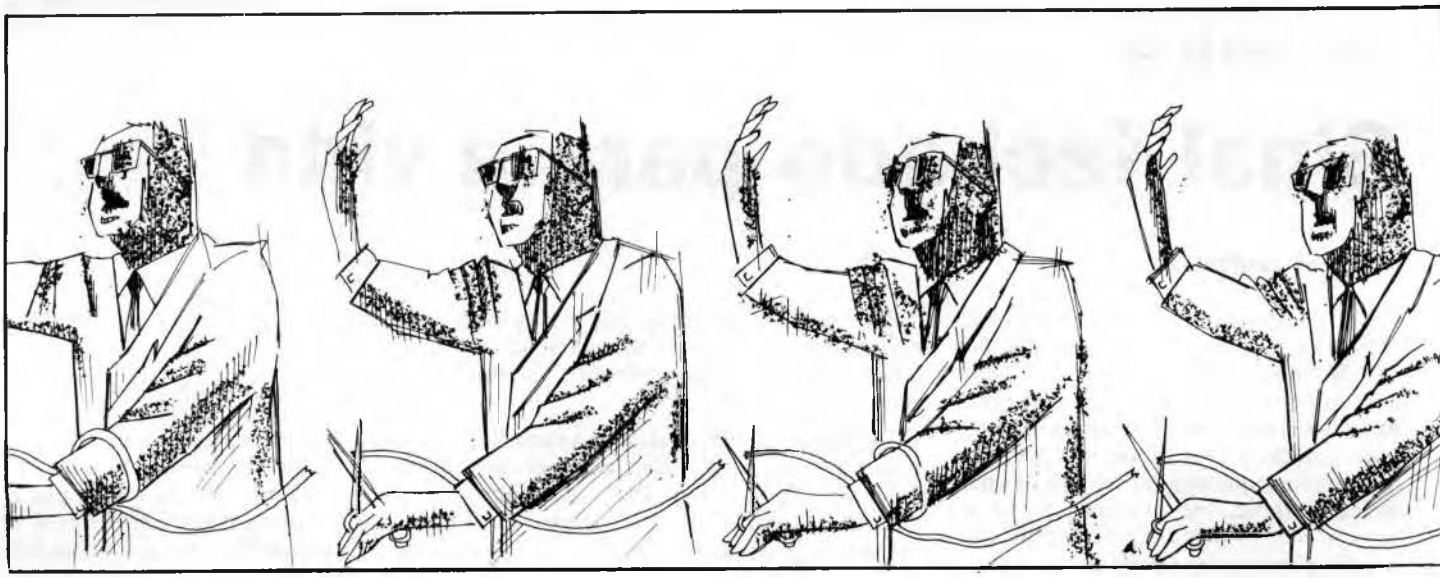
O povo colombiano vê engrossar diariamente as filas de desempregados e marginalizados nas periferias das grandes cidades. São camponeses em sua maioria que fogem da repressão governamental, da violência dos latifundiários e, principalmente, da fome. E junto aos homossexuais, prostitutas e mendigos, também os desempregados se transformam em alvos preferidos da sanha de grupos paramilitares que desenvolvem "campanhas de amor" para limpar as cidades dos "marginais".

Ameaça permanente

Nos últimos três anos a violência oficial cresceu na mesma medida do fortalecimento das organizações populares e sindicais. Um passo importante desse fortalecimento foi a criação da União Patriótica, que nas eleições passadas conquistou mais de 10% dos votos. Mesmo optando pelo jogo político legal, a UP também passou a sofrer as conseqüências do terror paramilitar: mais de 470 líderes da organização já foram assassinados, inclusive seu excandidato à Presidência, Jaime Pardo Leal. A este número somam-se os mortos e desaparecidos. Nesta escalada da morte, a ameaça paira sobre qualquer pessoa, seja ela militante ou não. Por isso, a luta do povo colombiano hoje não é apenas pela democracia. É uma luta prioritária pelo direito à vida.

Solidaridad

Manuel Gutiérrez é militante do movimento popular da Colômbia.



'GURAR OBRAS INAUGURAR OBRAS

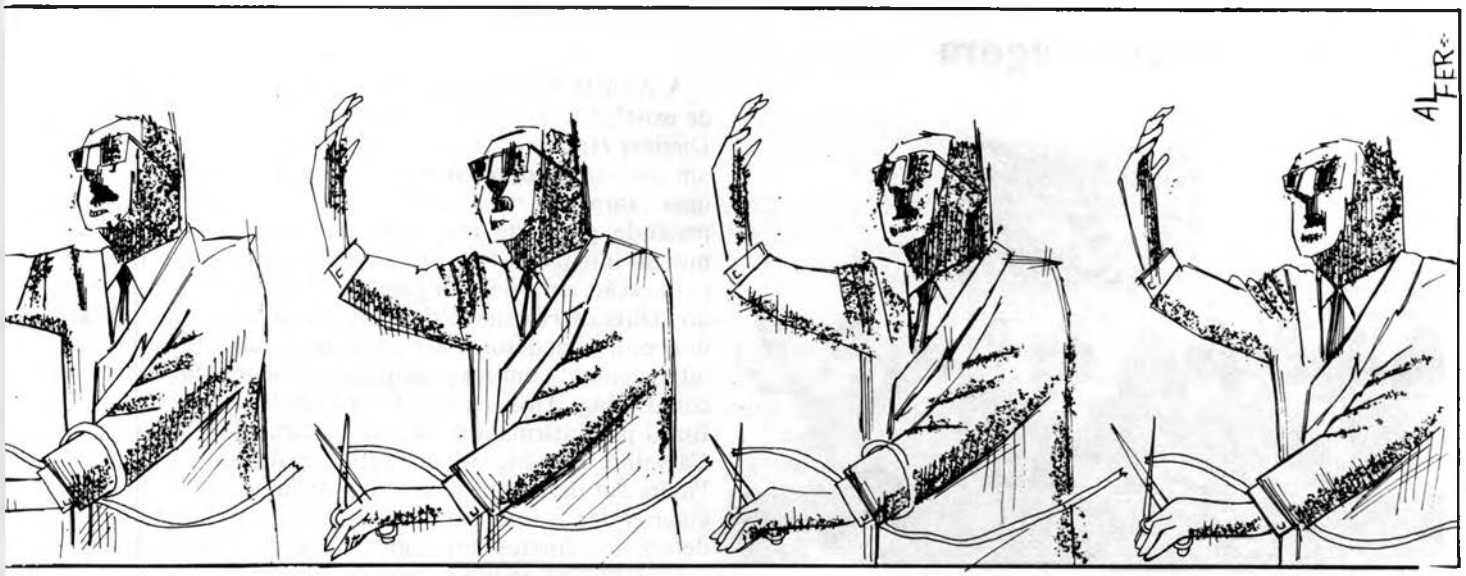
Construir povos

Rubem Alves

Não me recordo de nenhuma obra que Gandhi tenha inaugurado. Mas me lembro bem de outros gestos seus. Como a longa caminhada que fez rumo ao mar, quando já tinha 61 anos de idade: 24 dias, dezoito quilômetros por dia. Para quê? Quebrar a lei do sal, que proibia que os indianos possuíssem qualquer sal que não lhes tivesse sido vendido pelo monopólio governamental inglês. Gesto mínimo, fraco, que não seria perpetuado por nenhuma placa de pedra: ir até a praia e ali transgredir a vontade do dominador; tomar nas mãos o sal que o mar e sol haviam colocado sobre a rocha. Ele bem que poderia ter ido em lombo de animal ou em vagão de trem. Seria mais rápido. Os políticos que se prezam têm horror à lentidão. E é por isso que tratam de conferir-se atributos divinos de onipresença: agora estão aqui, mas num abrir e fechar de olhos estão ali... Mas Gandhi pensava diferente. Sabia que a vida cresce devagar. Uma gravidez não pode ser apressada. Ele não desejava inaugurar coisa alguma. Queria gerar um povo. E povo é coisa que cresce por dentro. Leva tempo. Era preciso que a caminhada demorasse, para que as pessoas caminhassem com ele nos seus sonhos. Na medida em que ele avançava vagarosamente rumo ao mar, na imaginação do não-povo uma coisa nova ia crescendo: um senso de dignidade, um desejo de liberdade. E o não-povo ia virando povo, lagarta se transformando em borboleta...

É muito mais fácil inaugurar uma obra que inaugurar um povo. Inaugurações de obras são sempre festivas. Já a inauguração de um povo é coisa dolorida como um parto, que não raro termina com a morte. Quem deseja ter um filho precisa tomar o risco de sofrer e morrer. Como aconteceu com Gandhi.

Também não me recordo de nenhuma obra que Martin Luther King tenha inaugurado. Mas me lembro muito bem do seu rosto sereno, a despeito do ódio carregado de ameaças de morte por parte dos brancos. Ele marchava de mãos vazias, mãos dadas, apontando um caminho. E me lembro do seu memorável discurso, já antevendo o fim, testamento, em que contava ao seu povo os sonhos que o animavam. E, qual num poema, o refrão se repetia: "Eu tenho um sonho..." Mas não se tratava de um sonho seu. Também os ditadores e os políticos pequenos sonham. Só que os seus sonhos não se abrem para um mundo novo; eles são sempre reflexos de um espelho: o próprio rosto de Narciso. Muito poder e imaginação atrofiada: pirâmides eternas e mandatos sem fim, ferrovias em fins de mundo e armas para o fim do mundo. "Eu tenho um sonho": era o sonho de um povo que se formava, lagarta que se transformava em borboleta. Palavras mágicas que evocavam esperanças esquecidas e invocavam utopias ainda não pensadas.



VAUGURAR OBRAS INAUGURAR OBR

Também ele não inaugurou obras. Porque antes delas é preciso que haja um povo.

E pensei então que há dois tipos de políticos:

os que se oferecem aos olhos do povo,

e os que oferecem novos olhos ao povo.

Os primeiros ficam cada vez mais visíveis.

Suas imagens ensaiadas-polidas-construídas aparecem nos jornais e nos vídeos e, como a madrasta de Branca de Neve, não se cansam de perguntar:

"Espelho, espelho meu, haverá neste país político mais bonito do que eu?"

E se anunciam como aqueles que cumprem as promessas, realizam milagres, inauguram obras, e têm o poder para transformar os desejos em realidade, desde que o povo, qual o operário em construção, só saiba dizer sim, não tenha coragem para dizer não... "Tudo isto será teu", disse o Diabo ao Filho de Deus, "se prostrado me adorares..." E assim, pelo ardil das coisas que se dão, o povo fica fraco, dependente, pedinte, agradecido. Em resumo: eleitorado fiel.

Mas os líderes que inauguram povos são de outro tipo. Vão ficando progressivamente invisíveis. Como na tela de Salvador Dali, A Última Ceia, em que o cenário se torna vítreo e se abre para as montanhas, os mares, os horizontes. O próprio Filho de Deus está em vias de desaparecer na transparência, para que na sua invisibilidade, o mundo inteiro possa ser visto. Assim são os líderes que inauguram povos. Porque eles sabem que o que importa não é que eles sejam vistos pelo povo mas antes que o povo possa ver um mundo novo através deles. E é por isso que, por oposição aos que inauguram obras, eles não se preocupam com a preservação narcísica de sua imagem. Confiam na memória daqueles que, com eles, contemplaram horizontes em direção aos quais caminhar. Mas os inauguradores de obras, por não sonharem os sonhos do povo, tratam de gravar-se em metal por saberem que, uma vez idos, serão esquecidos...

Tento descobrir transparências, nos rostos políticos, prenúncios de mundos novos. Mas só vejo reflexos narcísicos: rostos opacos que obstruem horizontes, nenhum lampejo de eternidade que faça voar a imaginação. E compreendo então o amargo lamento de Guimarães Rosa, que só sabia fazer a política da inauguração dos povos:

"Penso em eternidades.

Mas o político pensa apenas em minutos.

Eu penso na ressurreição dos homens."

Direitos humanos agora

Juvenal Pereira/Ag. Estado

A Anistia Internacional, que completa quarenta anos de existência, escolheu o Brasil para lançar a campanha *Direitos Humanos Agora*. Esta foi a primeira vez que um país do Terceiro Mundo sediou o lançamento de uma campanha da organização. A Anistia Internacional pretende, para este ano, mobilizar a opinião pública do mundo inteiro na luta pelos direitos humanos. Além da publicação em várias línguas da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, a entidade vai utilizar um recurso poderoso: a realização de uma turnê internacional com a participação de astros famosos como Sting, Tina Turner, Peter Gabriel e Bob Dylan. Do Brasil já confirmaram Milton Nascimento e Beth Carvalho. Durante o lançamento, realizado em São Paulo, em dezembro passado, o roqueiro inglês Peter Gabriel deu o tom exato da contribuição da música na defesa dos direitos humanos: "Quando se olha dentro dos olhos e se aperta a mão de alguém que foi torturado é muito difícil virar as costas e ir embora".

Massacre no garimpo

O movimento reivindicatório dos garimpeiros de Serra Pelada terminou tragicamente no dia 29 de dezembro último. Quando as negociações com o Ministério do Interior já estavam praticamente concluídas, com o atendimento das reivindicações — rebaixamento da cratera de extração e liquidação das dívidas referentes à compra de prata e paládio — a Polícia Militar do Pará praticou um verdadeiro massacre. Alegando "cumprir ordens" do governador Hélio Gueiros, quatrocentos soldados investiram com bombas de gás lacrimogênio e tiros de revólver contra centenas de garimpeiros que ocupavam pacificamente a ponte rodoferroviária sobre o rio Tocantins. Ao fechar as duas saídas da ponte, os policiais encurralaram homens, mulheres e crianças. Sem alternativas para escapar da violente repressão, dezenas de pessoas se atiraram ao rio, que nesse trecho possui uma forte correnteza. A Polícia Federal, em relatório enviado ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, refere-se a 93 "desaparecidos". Mas o comandante da PM paraense prefere "lamentar apenas duas, talvez três mortes". Resta saber agora se a sociedade brasileira vai permitir que atitudes desse tipo permaneçam impunes, ou se vai cobrar uma investigação rigorosa e a punição dos culpados. Uma coisa é certa: não é mais possível ficar calado diante de assassinatos brutais como os que ocorrerram no Pará.

Centrão: que maioria é essa?

O jornalista Janio de Freitas, da *Folha de S. Paulo*, jogou um balde de água fria nas pretensões do chamado "Centrão" em considerar-se o bloco majoritário na Constituinte e, assim, reivindicar a aprovação de todas as suas propostas na base do "rolo compressor". Baseado em números das eleições de 86, Janio de Freitas prova que os 317 parlamentares listados pelo "Centrão" (embora seis deles jamais tenham votado com o grupo) obtiveram 24,6 milhões de votos, ou seja, representam apenas um terço do eleitorado brasileiro. Já o não-Centrão, em suas diversas correntes, soma 56,3 milhões de votos, traduzindo as aspirações de 70% dos eleitores. Mais constrangedora ainda é a comparação dos votos de dois líderes opostos: enquanto o deputado José Lourenço, do PFL, teve apenas 28 mil votos, o senador Mário Covas, do PMDB, teve mais de 7 milhões. Portanto, a tese de que o "Centrão" surgiu para frear os "avanços esquerdizantes da minoria na Constituinte", não passa de conversa pra boi dormir. E vale lembrar ainda o artigo de Janio de Freitas: tão somente 24% das propostas originárias da esquerda foram aprovadas na Sistematização.

Yanomami: alerta contra o genocídio

Diariamente, cerca de dez vôos são fretados em Boa Vista (RR) para transportar até quarenta passageiros para a área Yanomami. Lá está ocorrendo uma verdadeira "febre do ouro" sem que as autoridades locais e a Funai tomem qualquer providência. Segundo a *Folha de Boa Vista* (15/12/87), está prevista a entrada de 50 mil homens nos garimpos de Roraima. Ainda em dezembro, a situação era tal que a Funai e o governo de Roraima assinaram um convênio, depois de um acordo feito com os garimpeiros, para a instalação de três postos policiais nas regiões em que ocorre a "febre do ouro". Nos últimos dias do ano, as autoridades locais entraram em entendimento com os garimpeiros e seu porta-voz, o empresário José Altino Machado, líder da invasão armada, em 1985, na Serra de Surucucus (contida, na época, pela Polícia Federal e pela Funai) e detido como criminoso. O acordo consiste na manutenção dos 7 mil garimpeiros nas áreas indígenas que já ocupam, em troca da suspensão da entrada de novos grupos de trabalhadores dos garimpos de Itaituba, um dos maiores da Amazônia.

Para a coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), Cláudia Andujar, "a situação é calamitosa". A pressão do Exército para retirar os garimpeiros da região surtiu o efeito contrário ao atrair "homens do ouro" do país inteiro. A Sucam mostra-se apreeensiva com a grande quantidade de garimpeiros atacados pela malária. Atualmente trezentos deles estão doentes, sendo que sessenta foram removidos para os hospitais de Boa Vista, em estado grave.

Mas se os garimpeiros sofrem os efeitos de sua saga, o que não dizer dos índios Yanomami que têm baixa resistência a doenças levadas por não-índios? Além disso, a atividade garimpeira submete a população local às doenças provocadas pelos produtos usados na exploração do ouro, como o mercúrio. O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, disse que brevemente vão começar os trabalhos para a demarcação definitiva da terra dos Yanomami. Segundo a Fundação, serão demarcadas "diversas áreas indígenas", solução combatida há dez anos pela CCPY e outras entidades que lutam pelos direitos das minorias indígenas. Esta é uma solução genocida, porque as áreas restantes seriam liberadas para o garimpo, denuncia Cláudia Andajur.

Nicarágua: solidariedade brasileira

Pelo terceiro ano consecutivo, os comitês de solidariedade, organizações populares e sindicais, além do PT, PCB e PDT, formaram uma brigada para a colheita de café na Nicarágua. Até o início de março, 22 jovens brasileiros trabalharão voluntariamente ao lado de brigadistas de outros países na colheita do principal produto de exportação nicaragüense. Esta atividade de solidariedade internacional é promovida pela Juventude Sandinista e não tem apenas um caráter simbólico: no ano passado o trabalho dos brigadistas estrangeiros representou cerca de 7% da produção total do café nicaragüense, sendo que dois brasileiros receberam uma homenagem especial dos sandinistas pela sua produtividade e disciplina no trabalho. Este ano os membros da Brigada Henfil (nome aprovado por unanimidade) se comprometeram a aumentar a contribuição brasileira, principalmente em função da experiência já acumulada pelas brigadas anteriores.

Maria Cecilia Iorio

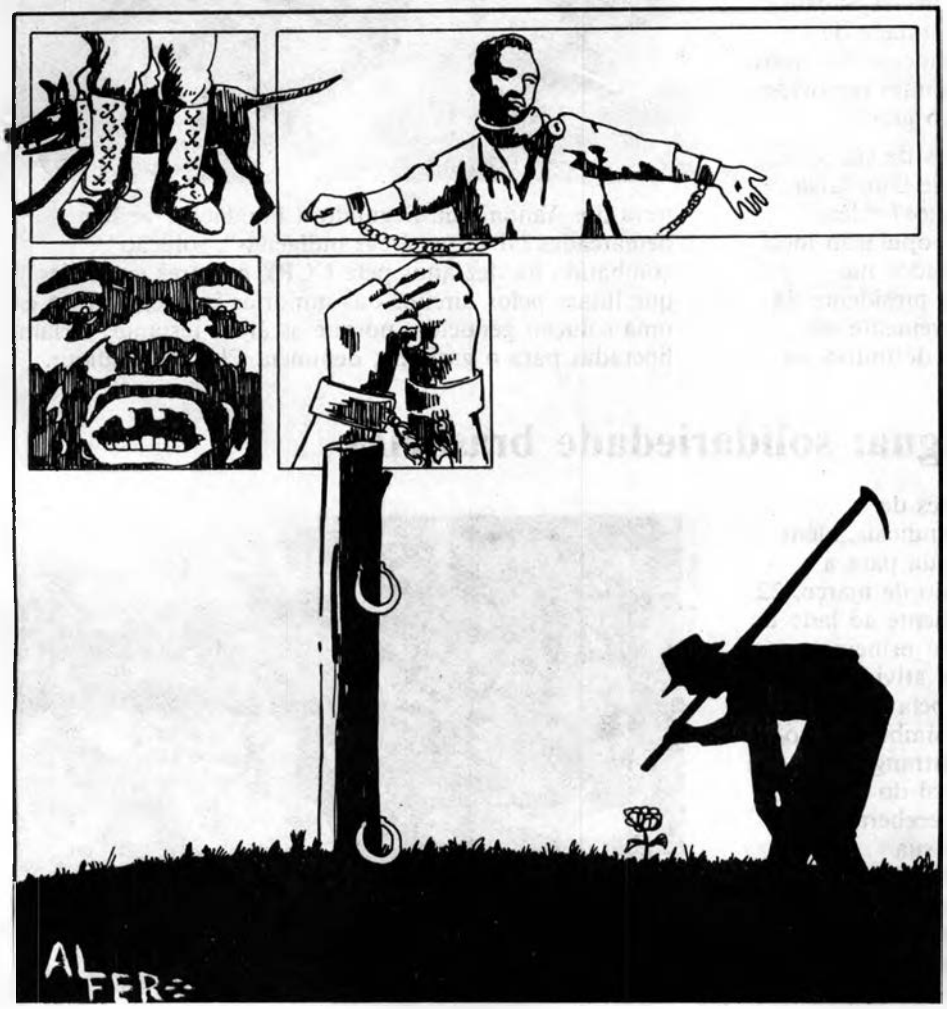
"...que te fez sair da casa da escravidão"

ESCRAVIDÃO NA BÍBLIA

Milton Schwantes

"Uns lêem a Bíblia pra frente, outros pra trás!" — é o que dizia um operário lá em nossa comunidade. Na hora, a conversa girava em torno da submissão ao Estado, reivindicada por uns, contestada por outros.

Ler pra frente ou ler pra trás — essa pista me parece boa. De fato, na Bíblia prevalece a ótica da promessa. Sob esta perspectiva é proclamada a ação de Deus no mundo. Já nos primeiros livros do Antigo Testamento, vive-se de olhos postos na terra prometida. Para os profetas lanças ainda hão de virar podadeiras. O Novo Testamento insiste em ler o Antigo à luz das promessas. Iminente é a vinda do reino.



A Bíblia tem gosto pelo porvir. Agrada-lhe ser lida pra frente. Utopia chama-se seu desaguadouro.

Também ao tematizar a escravidão, é bom ler pra frente.

Altos e baixos

Quanto ao escravo a Bíblia não é de uma só opinião. Aliás, uniformismos não são o que caracteriza nossa Escritura. As opiniões divergem.

Por vezes parece não haver saída para escrava e escravo. Estão subjugados como que em perpetuidade. Escravidão se tornava uma condição sem horizontes. Restava submeter-se. Até poderia haver validade naquele conhecido conselho: "Sede submissos aos vossos senhores... inclusive aos perversos".

Outras vezes prevalece um deslumbrante euforismo. O batismo desautoriza a escravidão. Não pode mais haver "nem escravo nem liberto". Deus não suporta escravização. "Para a liberdade foi que Cristo nos libertou."

Há, pois, altos e baixos. Há opiniões divergentes quanto à escravidão. E isso é muito compreensível. Afinal, nossa Bíblia não é livro de receitas. É a história de Deus conosco. E para entender história, torna-se imprescindível respeitar contextos, momentos, circunstâncias. História não dá receita. Fornece experiência.

Experiências marcantes?

Haveria o que é mais marcante, em meio a estes altos e baixos? As múltiplas experiências com escravas e escravos permitem reconhecer traços constantes?

Na Escritura, a história faz sentido. Não é um amontoado de acasos. É, pois, justo que se pergunte pelo destino do escravo, na história de Deus conosco.

Pelo visto, nossa atenção se lança para frente. Ler pra frente, eis a questão.

Água viva — vida livre

O povo de Deus nasce em meio à casa da escravidão. Suas nascentes se situam nas senzalas egípcias. Terrível foi a opressão faraônica. Chegou às raias do genocídio. Contudo, estas escravas torturadas e estes escravos humilhados formam a manjedoura do povo escolhido. São as primícias dos libertos.

A libertação de hebréias e hebreus escravizados não é, simplesmente, uma experiência entre outras. É, na Bíblia, evento padrão. É experiência fundante e fundamental. O núcleo paradigmático do povo eleito é formado por escravos a caminho da liberdade. Este também é o cerne programático da história de Deus conosco.

Tal libertação está conectada à própria identidade de Deus. Ele "é o que é" como libertador de mulheres, crianças, homens submetidos a trabalho escravo. A rigor não há como entender Deus sem partilhar do caminho dos escravos rumo à terra livre. Efetivamente, a revelação de Deus e a libertação do povo escravizado são dois lados de um único evento. Um pertence ao outro. Ai do dia em que se intentou fragmentar esta indissolúvel unidade entre nosso Deus e sua prática de libertador de gente escrava!

Nada de particularismos!

Hebreus não são uma raça, no mundo antigo. Representam uma categoria social. Vem a ser os sem-terra, os endividados, enfim os pobres, independente de sua raça. Aqueles hebreus libertos por Moisés da escravidão egípcia eram, pois, uma pequena parcela dentre os pobres de então.

Neste sentido, não surpreende que o livro do Gênesis seja tão devotado à memória de Hagar. É escrava de origem egípcia. Sara era sua proprietária.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

Pai nosso (Rubem Alves),
Co-edição com Edições Paulinas. Cz$ 270,00

Um enfoque poético-teológico da figura do Pai. "O pai de olhos mansos só existe em nós como uma nostalgia, uma saudade, uma tristeza. Mansidão precisa voltar. E sabemos que ela é a dádiva de um olhar. E é por isso que Jesus nos ensinou a orar, chamando de volta o olhar manso, aquele que nos fará sorrir de novo: Pai nosso..."

O caminho da escola — luta popular pela escola pública,
Cadernos do CEDI 15, Cz$ 150,00

Periferia: desafio à unidade,
Cadernos do CEDI 16, Cz$ 150,00

Dois lançamentos da série Cadernos do CEDI. *O primeiro trata das lutas dos movimentos populares da Zona Leste da cidade de São Paulo pelo direito à educação. O segundo registra a experiência das igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia no sul do país.*

Trabalhadores urbanos no Brasil/82-84,
Aconteceu Especial 16, Cz$ 520,00

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período que abrange três anos: 1982, 1983 e 1984. Traz análises das conjunturas econômica, política e sindical e um levantamento na imprensa sindical e diária dos principais acontecimentos de cada categoria profissional dos trabalhadores urbanos.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

Esta egípcia fora deportada de sua terra natal, o Egito, para a Palestina. Aí foi negociada. Sara adquiriu-a. E, como não tivesse filhos, valeu-se de sua "peça", de sua escrava, como reprodutora. Foi engravidada, humilhada, surrada. Enfim foi enjeitada, em pleno deserto, junto com seu filho. Abraão e Sara foram às últimas conseqüências em seu desprezo por sua escrava.

Contudo, Deus vai pela contra-mão. Não avaliza ditames de escravocratas, ainda que estes se chamem Abraão e Sara. Resgata Hagar e seu filho Ismael. Não os restitui a seus verdugos. Destina-os a uma terra livre. Os quilombos cabem em seus propósitos!

Por aí se vê o quanto o projeto de Deus não se esgota na constituição de um povo específico. Transcende-o, e em muito. Abarca a escrava e o escravo, sejam eles israelitas ou egípcios. A opção de Deus pelos fracos implica em internacionalismo.

Dinheiro por gente

Por este trilho também andam os profetas. Não admitem que se circunscreva Deus à visão estreita dos poderosos. Bem que os reis teriam gostado se fosse possível reduzir Deus ao tamanho de seus territórios, se fosse viável assimilá-lo à sua mesquinhez monárquica.

Outros foram os caminhos dos profetas. Seus olhos estavam postos nos povos. "E te constituí profeta das nações!" Em meio a estes povos, Israel aflora como paradigma.

É o que se vê em Amós. Israel é a menina de seus olhos. Contudo, não a é aparte dos povos, mas em meio a eles. Neste contexto maior, discute o destino do povo eleito. Em que se decide seu futuro? Junto aos pobres! Só se estes têm amanhã, há futuro para o povo eleito, enfim para os povos. Para a utopia, pobres não são marginais. São critério. São berço.

Um Israel que espolia e escraviza não pode ter futuro. Devorando os fracos, desvanece seu porvir. Destrói-se a si.

Dentre estes pobres Amós realça escravas e escravos. Condena que se seqüestre pessoas para comercializá-las. Denuncia abusos sexuais contra meninas escravas. Detesta que pobres sejam vendidos por dinheiro.

Quando dinheiro é capaz de comprar gente, povo vira defunto. Povos viram vales de ossos, para falar a linguagem de Ezequiel, Nações se tornam prostitutas, para recorrer aos termos de Oséias.

O povo eleito não é povo de escravos, nem em Israel nem em lugar algum. Infeliz do dia em que a verdade deixar de ser assim concreta!

Leis com paixão

Há no Antigo Testamento um código de leis formulado sob o impacto da profecia. É um texto de "constituintes" proféticos. Refiro-me ao Deuteronômio. Este livro está dedicado à memória de um Moisés, imbuído da paixão profética.

As leis coletadas neste livro estão permeadas de apelos. A defesa de Javé — o Deus único! — e dos pobres é feita de maneira apaixonada. Comove o coração. Provoca paixão.

Quando o capítulo 15 se lança em defesa de fracos e escravos, não recorre a um arrazoado legalista. Lógica e parágrafos não são seu forte. Seu vigor está na emoção. Vai ao fundo do coração para lá extirpar as ganas do lucro. A paixão é o que arrasta leitor e ouvinte para o lado do fraco e do escravo.

Há libertação sem paixão? Não são os apaixonados os mais criativos? As leis deuteronômicas são companheiras nossas no caminho da libertação apaixonante da gente escrava.

"Assumiu a condição de escravo!"

Não é, pois, nenhum acaso que Deus mesmo tenha assumido a condição de escravo, como o expressa um dos primeiros cânticos cristãos. Em seu comovente achego a escravos e escravas, em sua arrebatadora paixão pelas Hagar e pelos hebreus, o próprio Deus foi criando contornos de servo. Nasceu feito hebreu sem terra e sem teto na manjedoura da vila de Belém. Foi convivendo com doentes e famintos. Foi morto qual servo sofredor; "qual cordeiro foi levado ao matadouro". E mesmo como ressurreto passa por jardineiro, gente humilde e escrava.

Deus mesmo assume a condição de escravo para acabar com a casa da escravidão! Crer neste Deus e manter gente escravizada são, pois, práticas excludentes. Amém.

Um agradecimento para terminar

Obrigado, João Antônio! Tratei de seguir tua instrução: ler a Bíblia pra frente. Não sei se preenchi tuas expectativas. Em todo caso, tentei ser teu aprendiz. Abraços.

Milton Schwantes é pastor luterano em Guarulhos (SP) e professor de Bíblia no Programa Ecumênico de Pós-Graduação em São Bernardo do Campo (SP).

PUBLICAÇÕES DO CEDI

A experiência da fé — variações sobre o Homem na Bíblia
Júlio Barreiro
171 pp. — 14,9x19,5 cm. — Cz$ 300,00

O autor passeia pelas páginas bíblicas suas reflexões de uma simplicidade encantadora sobre a figura humana daqueles que buscam o Reino de Deus e sua justiça. Não se trata de reflexões sobre personagens na Bíblia, mas sobre o tipo de ser que a fé bíblica produz.

Unidade e prática da fé — Pastoral Ecumênica da Terra de Xerém
Cadernos do CEDI 17
98 pp. — 20,4x27 cm. — Cz$ 300,00

Esse caderno traz depoimentos e informações sobre a Pastoral Ecumênica da Terra, organizada pelas Igrejas Metodista e Católica em Xerém, distrito de Duque de Caxias (RJ). Retrata a experiência, mostrando os problemas, as contradições e as propostas surgidas na prática e implementação desse trabalho eclesial, popular e ecumênico.

Onze de abril: o dia da audácia
Cadernos do CEDI 18
78 pp. — 20,9x26,5 cm. — Cz$ 300,00

Documenta o movimento de ocupação do conjunto residencial Onze de Abril pelos trabalhadores sem teto em Alvorada (RS). Editado por ocupantes do Onze de Abril, o caderno tece a história do movimento, construída no seu dia-a-dia, na luta, na força e na fé.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

O Islã comanda a insurreição

Edson Silva

REBELIÃO ESCRAVA NO BRASIL — a história do levante dos malês (1835)
João José Reis, Brasiliense, São Paulo, 1986, 296 pp. 14x21 cm.

Uma dívida de gratidão, talvez, com o ex-senhor, fez com que o casal de escravos liberto, Domingos Fortunato e Guilhermina Rosa de Souza, levasse à frustração um dos maiores levantes organizados pelos negros da Bahia, no século passado. A rebelião comandada pelos "malês" (como eram conhecidos os africanos muçulmanos) é contada por João José Reis em *Rebelião Escrava no Brasil — a história do levante dos malês (1835).*

O levante arquitetado para acontecer nas primeiras horas do dia 25 de janeiro de 1835 — Dia de Nossa Senhora da Guia, data que facilitava a rebeldia porque os escravos estavam menos vigiados — foi reprimido antes mesmo que tivesse início. Já no dia 24, por volta das 9 hs da noite, em conseqüência da delação, o presidente da província, Francisco de Souza Martins, era informado dos acontecimentos. Ordenou um alerta geral aos quartéis da cidade e instruiu os juízes de paz que reforçassem as rondas noturnas. Determinou também que a fragata "Baiana" vigiasse o mar de Salvador para evitar a tomada dos navios e uma possível fuga em massa.

Os rebeldes foram às ruas de Salvador antes da hora marcada, numa ação precipitada não pela falta de estratégia mas pelas exigências das circunstâncias. O principal núcleo da revolta, instalado num sobrado da Ladeira da Praça, onde morava Manoel Calafate, um dos líderes, foi reprimido em plena madrugada pela patrulha comandada pelo juiz de paz do 2º distrito da Sé, Caetano Vicente de Almeida Galião. Aconteceu aí o primeiro confronto, quando um grupo formado por cinqüenta a sessenta africanos reagiu antecipando o momento marcado (5 hs da manhã) para a deflagração do levante.

Apesar do pouco tempo de batalha campal — três horas de lutas — onde os negros levavam grande desvantagem uma vez que portavam apenas armas brancas (facas, facões, espadas) e algumas armas de fogo, o episódio é considerado um dos mais importantes ocorridos na área urbana em todas as Américas. Segundo estimativas oficiais, setenta africanos, entre escravos e libertos, morreram; e como castigo, quinhentos punidos com pena de morte. Isto transportado para os dias atuais, considerando a população de Salvador (de 1,5 milhão de habitantes), a punição seria aplicada a 12 mil pessoas.

Rebelião Escrava no Brasil é dividido em quatro partes: "Sociedade, economia, rebeliões na época dos malês", "A rebelião de 1835 e os malês", "A comunidade africana em revolta" e "O revide antiafricano". João José Reis mostra, no capítulo "A tradição rebelde: revoltas escravas antes de 1835" (Parte 1), que a sublevação de 25 de janeiro de 1835 não foi ao acaso. As duas décadas anteriores foram marcadas por insurreições periódicas. Em "Os filhos de Alá na Bahia" (Parte 2), o autor analisa o que se poderia chamar de a alavanca da revolta: a importância do Islã. Rebelião e religião andavam juntas. O Islã "deu força espiritual, moral e organizativa a homens pobres livres que viviam subordinados aos poderosos protegidos da religião tradicional e manteve viva a esperança de libertação de milhares de escravos muçulmanos". O registro e o resgate da revolta dos malês em 1835 são mais um referencial histórico para o avanço da população negra rumo à libertação definitiva.

Edson Silva é repórter do *Diário Popular* de São Paulo, SP.

Igreja e escravidão no Caribe

ESCRAVIDÃO NEGRA E HISTÓRIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE
Cehila, Vozes, Petrópolis, 1987, 237 pp., 13,6x21 cm.

Duas questões são cruciais para a história da Igreja na América Latina: a da evangelização dos povos indígenas e a dos grupos africanos para aqui transportados e explorados sob o regime de trabalho escravo. E por ser a escravidão e suas conseqüências o dado fundamental da história de uma parte específica do continente, o Caribe, a Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (Cehila) realizou em agosto de 1982, juntamente com sua assembléia anual, o primeiro Encontro de Historiadores da Religião no Caribe.

O encontro foi o ponto de chegada de dois anos de esforços para juntar historiadores, cientistas sociais e teólogos que deram início à difícil tarefa de formar equipes e de identificar fontes para se escrever uma história na perspectiva do social e da dialética opressão/libertação vivida pelas igrejas e as religiões afro-caribenhas. *Escravidão Negra e História da Igreja na América Latina e no Caribe* recolhe as principais conferências e exposições apresentadas no encontro. Através delas discute-se a participação das igrejas Católica e Protestantes na elaboração e propagação de uma teologia que se incorporou ao sistema dominante, legitimando a escravidão. Mas as exposições também mostram o outro lado da moeda: o uso que os escravos fizeram de sua fé para sua resistência e luta de libertação.

Com *Escravidão Negra e História da Igreja na América Latina e Caribe* a Cehila dá um grande passo para o resgate do significado da vida, das lutas e da memória histórica das maiorias latino-americanas, crentes e oprimidas ao mesmo tempo.

RIR DE MORRER

Rubem Alves

No filme de Bergman a morte joga xadrez com os homens marcados pela peste. Sem escape. A não ser um casal e seu filhinho, artistas, que fogem, enquanto os outros, em procissão, à luz do crepúsculo, dançam com ela o gran finale.

É certo que o final chegará.

Mas que chegue quando chegar, não antes da hora, nos olhos, na insônia, no medo, morte-berne, dentro da carne viva, agulhando ritmicamente, para que ninguém se esqueça, e a alegria se desvaneça...

Pois o Henfil vivia bem no meio: a morte hemofílica morando no seu corpo, e as encantações de exorcismo, o humor, morando nos seus gestos.

Não, não fazia humor a despeito da morte.

Humor por causa da morte.

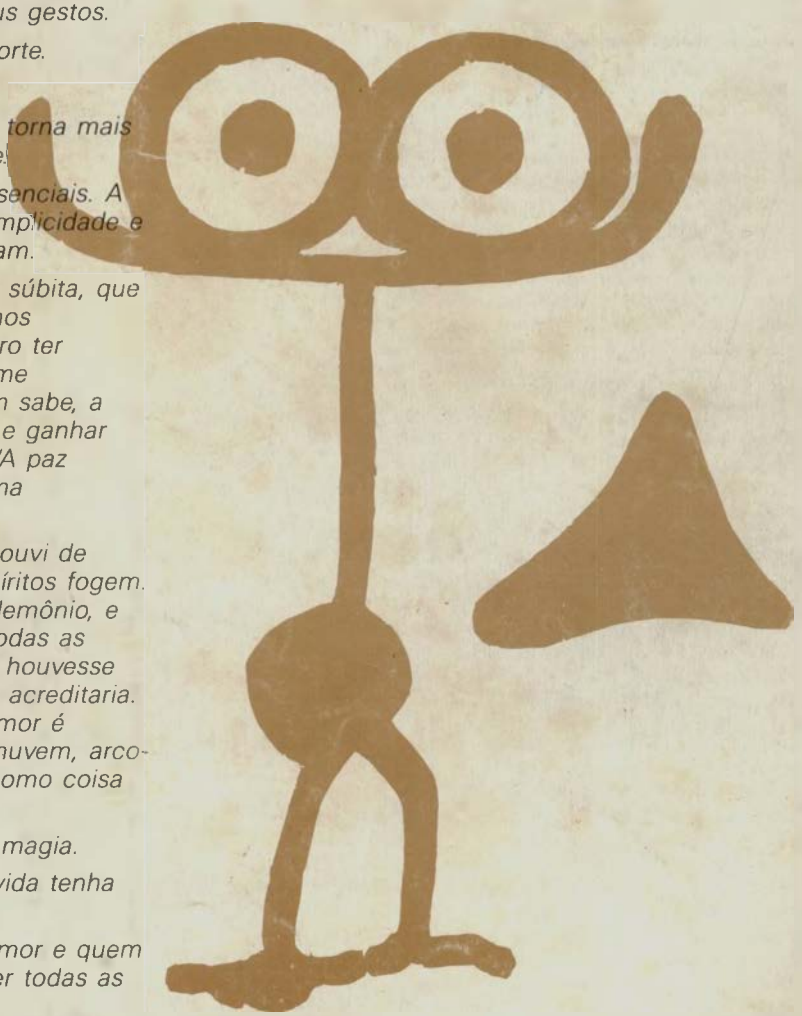
Porque a morte, olhada nos olhos, nos torna mais sábios, e nos diz do ridículo da seriedade.

Sobretudo, a lição fundamental dos essenciais. A morte restaura a vida à sua mais pura simplicidade e nos diz das coisas que realmente importam.

E é por isto que tenho medo de morte súbita, que nos agarra ao virar da esquina, quando nos preparávamos para o prato de sopa. Quero ter tempo, poder agradar a cara do tigre, ir me acostumando, até a familiaridade e, quem sabe, a amizade. Para aprender as últimas lições e ganhar aquilo que Fernando Pessoa anunciava: "A paz perfeita daqueles que já não têm nenhuma esperança".

O riso é o início da oração. Coisa que ouvi de Niebuhr. Quando o riso soa os maus espíritos fogem. Nietzsche dizia haver encontrado o seu demônio, e que ele era grave e sério, e diante dele todas as coisas ficavam pesadas e caíam. Mas se houvesse um deus que soubesse dançar, neste ele acreditaria. Pois é, com o Henfil tudo ficava leve. Humor é martelo que quebra âncoras e tudo vira nuvem, arco-íris e o mundo aparece, depois do riso, como coisa leve, diáfana, flutuante, pneumática...

O Henfil era feiticeiro: sabia fazer esta magia.

E a gente fica grato de que a própria vida tenha humor, e o tenha feito nascer.

Afinal de contas fazer humor é fazer amor e quem no amor, não tem humor, acabará por ver todas as coisas caírem...